



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acta n.º 02

1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de Dezembro de 2009

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e nove, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de Antero de Figueiredo Marques Teixeira e com a presença dos Membros da Assembleia: Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Albano António de Sousa Varela e Silva, Luís Manuel Madeira Pargana, Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Miguel André Telo de Arriaga, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Adriano da Graça Capote (em substituição de Diogo Júlio Cleto Serra, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Cristina Maria Brazete de Carvalho Cruz Nabais (em substituição de Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Catarina Alexandra Dias, António Fernando Ceia Biscainho, Carlos Alberto da Conceição Afonso, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, José Chambel Tomé (em substituição de Carlos Alberto Vintém, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Maria Fernanda Serineu Bacalhau, José Manuel Pires Cavalheiro (em substituição de Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), António José de Moraes Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da Mesa, Antero de Figueiredo Marques Teixeira, deu início à ordem de trabalhos, eram 21:00 horas.-----

No período antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa informou existirem cinco assuntos que o Executivo Camarário solicitou a apreciação, dada a urgência dos mesmos, os quais foram ali distribuídos aos Membros presentes.

Solicitando o uso da palavra, Albano Silva disse que não era hábito, naquela Assembleia, terem cinco pontos fora da ordem de trabalhos e quem os apresentou deveria ter calculado que os Membros não teriam tempo suficiente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para poderem ler todos os documentos correspondentes. Portanto, seria necessária uma exposição de motivos, por parte do Executivo, de maneira a permitir um total conhecimento das situações, antes de serem votadas. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse que a colocação à Assembleia Municipal da apreciação daqueles pontos era uma situação extraordinária e, na sua opinião, para que houvesse deliberação sobre os mesmos, teriam de ser integrados na Ordem de Trabalhos. Salvo melhor opinião, a Assembleia teria de votar a aceitação daqueles cinco pontos. Disse ainda que, embora a sua bancada não se opusesse, a urgência deveria ser fundamentada para se gozar da informação e, por outro lado, a explicitação dos respectivos conteúdos para que pudessem votar conscientemente. Relativamente ao primeiro ponto que era proposto, efectivamente reconheciam a complexidade da sua elaboração mas também era de sublinhar a importância do conhecimento detalhado das medidas que lhe eram inerentes. Referiu inclusive que aquela tinha sido uma determinação do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, com efeitos a 01 de Julho de 2009 e, portanto era um Plano que já vinha do anterior Executivo mas que teria de ser aprovado até final do ano. Mais disse tratar-se de um documento importante para os serviços municipais pois estabelecia normas de funcionamento e organização dos mesmos, subordinados a princípios éticos, e sendo a Assembleia Municipal o órgão fiscalizador, por excelência, da actividade Municipal, solicitavam a explicitação do referido Plano.-----

O Presidente da Mesa informou que poderiam votar a inclusão dos pontos em causa na Ordem de Trabalhos. -----
Feita a votação, a decisão foi aprovada por maioria, com sete abstenções. -----

Declaração de Voto (Luís Pargana – CDU)

Votámos a favor da inclusão destes pontos na ordem de trabalhos na expectativa da prestação da informação da fundamentação da urgência da sua inclusão, conforme solicitaram previamente.

No uso da palavra, Mata Cáceres, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, disse que os pontos em apreço foram analisados e discutidos na reunião de Câmara realizada precisamente naquele dia e, dada a complexidade dos mesmos e a importância com que tinham de ser tratados, acordaram e solicitaram que fossem introduzidos na reunião da Assembleia. --

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Presidente da Mesa informou que iriam passar à apreciação da informação da Divisão Financeira, que estava nos assuntos fora de ordem mas que era a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

título de conhecimento. A informação prendia-se com o facto de, na parte deliberativa da acta, estar aprovado o assunto por unanimidade quando, de facto, assim não fora, porque a Vereadora Paula Alegre se absteve. Não havendo nada a opor, deu a palavra aos Membros para qualquer questão ainda dentro do período antes da ordem do dia. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista, questionou a Mesa se poderia fazer um voto de louvor?-----

O Presidente da Mesa informou que sim, seria possível a votação de um voto de louvor e poderia apresentar o mesmo naquele momento. -----

Voto de Louvor (António Baptista - CDS/PP)

O CDS/PP sugere um Voto de Louvor ao grupo parlamentar do CDS/PP, na Assembleia da República, pela apresentação de um pacote de medidas e de um projecto de resolução tendente a argumentar ao Governo a adopção de medidas de apoio ao sector agrícola, nomeadamente, a reforçar os planos anti- crise, a reformular o PRODER e a tornar mais aptos os pagamentos do RPU. Este voto estará extensivo, também, ao grupo parlamentar do PSD e do PCP por terem votado favoravelmente e permitirem que fosse aprovado. Neste sentido, não poderemos esquecer que o nosso Concelho é, profundamente, rural e agrícola e não poderemos esquecer que o desenvolvimento do nosso Concelho nunca poderá passar com o esquecimento do que é nosso, do que é tradicional e do que faz movimentar muitos milhares dos nossos habitantes. Não poderemos esquecer como, ao longo destes quatro anos e meio, o anterior Ministro da Agricultura deixou chegar a situação ao ponto de uma calamidade só comparável às meteorológicas, que por vezes vimos.

No uso da palavra, Albano Silva disse não ser hábito, naquela Assembleia, discutirem-se questões daquela natureza, no entanto e uma vez que o Ministro também aceitou as decisões que foram tomadas, propôs, igualmente, um Voto de Louvor ao Ministro. -----

O Presidente da Mesa referiu que o Voto de Louvor teria de ser apresentado por escrito. Feita a votação, o Voto foi aprovado por maioria, com 11 votos contra e 3 abstenções. -----

Declaração de voto (Albano Silva – PS)

Votei contra sem pensar no conteúdo que estava em discussão, mas sim pela atitude de tentarem propor ali uma questão de política nacional, daquele calibre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto (Luís Testa – PS)

O meu voto contra não se prende, necessariamente, com o conteúdo das medidas propostas em sede de Assembleia da República, pelo CDS, e secundadas pelo PSD e pela CDU. Prende-se com o facto de estarmos a louvar as actividades normais de Membros de órgãos de soberania. Porque senão, qualquer dia, correríamos o risco de inundarmos as sessões da Assembleia Municipal de Portalegre com todos os grupos municipais a apresentarem Votos de Louvor relativamente a assuntos que os seus próprios partidos apresentem noutros fóruns. Somos um órgão independente que preconiza os seus próprios fins políticos e por isso, em determinadas alturas, temos que saber o que fazemos e não louvar aquilo que não faz sentido ser louvado, independentemente de ser meritório ou não.

Declaração de voto (Cristóvão Crespo – PSD)

O sentido da minha votação tem a ver com a questão de como o Partido Socialista tratou a agricultura no Distrito, no anterior Governo. Por isso é que a nossa bancada vota a favor da proposta, porque, de facto, aquilo que está em causa foi o trabalho que não foi feito na agricultura e que o Ministro reconheceu, pela forma como tem estado a emendar aquilo que de mal foi feito no anterior governo.

Declaração de voto (Luís Pargana - CDU)

Os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal de Portalegre, abstiveram-se nesta votação por discordarem da forma como o Voto de Louvor foi proposto, nomeadamente porque votamos louvando medidas concretas políticas e não louvamos Partidos, mesmo que seja o nosso.

Moção (Miguel Arriaga – PSD)

A Câmara Municipal de Portalegre iniciou, durante o mandato 2001-2005, um programa de requalificação das Escolas do 1.º ciclo existentes no Município, processo que se iniciou pelos estabelecimentos existentes nas Freguesias rurais e que culminou, até ao momento, com a extremamente necessária e bem sucedida intervenção na Escola dos Assentos.

Por seu lado, o Governo Central tomou também a seu cargo, ainda no anterior mandato, a requalificação de um número significativo de instalações integradas no parque escolar do País, em particular no que diz respeito a estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo e secundário. Neste caso e no que diz respeito, especificamente, ao Município de Portalegre, assistimos já à conclusão de uma das intervenções (na Escola Mouzinho da Silveira) e ao início de outra (a da Escola de S. Lourenço).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Qualquer uma destas situações mereceu, e merece, o aplauso da bancada do Partido Social-democrata nesta Assembleia Municipal; na medida em que acreditamos que a melhoria e o sucesso do nosso sistema educativo passa também, e entre muitos outros factores, pela existência de escolas modernas, adequadamente apetrechadas e que respondam às exigências da comunidade educativa e às realidades da sociedade actual; quer no que diz respeito às suas condições físicas, arquitectónicas, de ambiente e de conforto, quer no que se refere a aspectos de ordem didáctica e pedagógica.

Foi por isso com agrado que assistimos ao despoletar do processo tendente à construção de uma nova Escola na nossa Cidade; facto que, a concretizar-se, resultaria de uma parceria estabelecida entre a Administração Central (representada pela estrutura regional do Ministério da Educação) e a Administração Local (neste caso, a Câmara Municipal de Portalegre). Com este novo estabelecimento pretendia-se, entre outros objectivos, colmatar as graves deficiências e lacunas identificadas em duas outras escolas de Portalegre (a Cristóvão Falcão e a do 1.º ciclo da Praceta); as quais, manifesta e documentadamente, vão respondendo cada vez mais deficitariamente àquilo que delas se espera e exige.

O facto é que, após alguns procedimentos prévios e como de todos é conhecido, o projecto de construção de uma nova Escola em terrenos do actual Estádio Municipal acabou por, em sede de Executivo Camarário, ser inviabilizado; com argumentos, por parte dos que se lhe opuseram e dos que o apoiavam, que cada um, no local próprio, teve oportunidade de apresentar e de esgrimir, e que, perante Portalegre e os Portalegrenses, terá que assumir. Por parte do PSD, apoiávamos a solução proposta; por nos parecer aquela que melhor respondia aos objectivos pretendidos. Mas como acreditamos que, acima das querelas político-partidárias, deve prevalecer, sempre e em primeiro lugar, o interesse e o bem estar da comunidade e como consideramos importante (diríamos mesmo imprescindível) não deixar “morrer” este projecto, colocamos à discussão e votação uma Moção que, visa essencialmente deixar claro o entendimento desta Assembleia que a Escola Cristóvão Falcão e a Escola da Praceta não devem e não podem ficar arredadas do projecto global de requalificação do parque escolar do Município de Portalegre, pelo que exortamos o órgão executivo da Autarquia a retomar a análise, discussão e aprovação de projecto que viabilize o que a todos interessa:

A construção de uma nova Escola que responda às carências que afectam a Escola Cristóvão Falcão e a Escola da Praceta.

No uso da palavra, Albano Silva disse que todo aquele processo já havia sido, amplamente, discutido em sede de reuniões do Executivo e a decisão que foi tomada não foi a de inviabilizar uma nova Escola. Não se deveria repetir mil vezes a mentira, até que seja verdade. Quanto à Moção apresentada, disse subscrever a parte final da mesma porque refere que a Assembleia, a Câmara e todos os Portalegrenses querem a reconversão e uma Escola nova para substituir a Velha Cristóvão Falcão, etc., evidentemente que era o que todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

desejam. Contudo o que foi inviabilizado não foi uma Escola nova, e era contraditória a parte final da Moção com os seus pressupostos, mas sim uma Escola no local do Estádio Municipal; tanto por razões patrimoniais, como por razões culturais, financeiras, logísticas e por razões urbanísticas; aquelas sim foram as razões de fundo. Referiu que a Cristóvão Falcão não tinha ainda uma Escola nova no Estádio de futebol, no entanto, ninguém do seu Partido admitiria que se continuasse a dizer que o Partido Socialista e a CDU inviabilizaram a Escola. Frisou que fariam tudo para que os professores e alunos daquela Escola tivessem condições dignas, conforme mereciam. -----

No uso da palavra, Adriano Capote referiu que era importante que os Portalegrenses soubessem o que, efectivamente, se passava com a renovação do parque escolar, tanto na Cidade, como no País. Em primeiro lugar: a paixão Guterrista pela Educação não deu em nada; segundo: a crise acabou por justificar ao Partido do actual Governo a utilização e renovação das Escolas como uma forma de combater a mesma. Informou que apenas 25% das verbas disponíveis para aquele “combate” é que teria sido aplicado, o que significava que a responsabilidade maior pelo facto de a B 2/3 não ter, actualmente, um projecto como deveria e melhores condições para os alunos do Ciclo era, pura e simplesmente, do Governo. Há algum tempo atrás foi possível, em Portalegre, planificar e planear a reconstrução da Escola Mouzinho da Silveira, mesmo com aulas a decorrer; que a Escola de S. Lourenço esteja a um terço, também com obras a decorrer. Questionou pois, porque é que não tinham, atempadamente, renovado a Escola Cristóvão Falcão no espaço que lá tem? Talvez porque alguém, oportunamente, quis ocupar um espaço que pretendia derrubar, ou seja, o Presidente da Câmara Municipal de Portalegre. Quanto ao Director Regional, que quis uma Mega Escola de referência, nem sequer o Ministério da Educação estaria a par de tal pretensão. Seria bom que se entendesse que o processo estava errado, desde o princípio, por parte do Ministério e a Escola Cristóvão Falcão pertence aos alunos que lá estão e merecem uma Escola digna, para que possam ser melhores. Disse ainda que um Agrupamento de Escolas que queria uma Escola de referência num espaço de lazer e desporto, paisagisticamente bem resolvido, há tanto tempo, em Portalegre e que embora actualmente esteja atafalhado com betão de um Centro Rodoviário, um bairro, trânsito de horas de ponta, num local que era aberto, não seria a melhor forma de gerir uma Cidade. A CDU sempre manifestou ali a preocupação, não só pela Escola e pelo Estádio Municipal, mas na gestão da Cidade, devendo ser ordenada e ambientalmente correcta e o que se estava a fazer àquele nobre espaço era liquidá-lo. Acrescentou que as verbas disponíveis para EB 2/3 continuavam a existir, uma vez que faziam parte do plano de combate à crise e deveriam exigir ao Ministério da Educação que remodele o projecto, que à priori seria tecnicamente complicado de introduzir uma escola no campo de futebol, e se responsabilizasse pela remodelação da Escola Cristóvão Falcão e que o Agrupamento de Escolas requalifique todas as que não o foram. A sua bancada votou contra e não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

preocupa em satisfazer vaidades, sejam do Director regional da Educação ou do Presidente da Câmara. -----

No uso da palavra, Miguel Arriaga explicou à Bancada do PS que não admitia que chamassem mentirosos aos Membros do PSD. O aspecto que lhes parecia fundamental era o facto de aquela oportunidade tinha terminado, ou melhor, a oportunidade que Portalegre tinha de seguir as directrizes da Direcção Regional da educação terminou, uma vez que os timings não foram cumpridos, o projecto adiantado por aquele Executivo Camarário fora rejeitado e a realidade existente era que a Escola que deveria ter sido construída, já não o seria. Ao falar-se de uma Escola 2/3, todas as competências adquiridas e os resultados eram fundamentais. Relativamente às Escolas Secundárias, Portalegre tinha a sua primeira Escola colocada no centésimo septuagésimo segundo lugar, o que não era nenhum motivo de orgulho, portanto não deveria ser problema dos alunos, mas acima de tudo por falta de condições, as quais podiam ser colmatadas com a construção de novas Escolas. Disse ainda que, para a Bancada do PSD, a Educação era um pilar estruturante do desenvolvimento e não queriam perder aquela oportunidade extraordinária de dar aos alunos e jovens do Concelho uma melhor educação, lamentando se assim não for. -----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, quanto à questão da Escola e do Estádio Municipal, o Partido Socialista não recebia lições de coerência de ninguém, porque o seu Partido sempre defendeu uma solução que resolvesse, acima de tudo, os problemas com a educação, existentes no Concelho e não o que para alguns era prioridade absoluta, que era o facto de quererem destruir o Estádio para lá fazer qualquer coisa. Considerou que o que se passava se assemelhava a uma longa novela com vários capítulos e a sua Bancada não desejava que a mesma se eternizasse. Os interesses da população escolar teriam de ser defendidos e o PS apresentou soluções claras para que tal viesse a acontecer, sem que, do ponto de vista financeiro, a Câmara ficasse, excessivamente, onerada. Deveriam questionar-se se, ali, a prioridade absoluta seria construir a Escola ou destruir o Estádio, porque, efectivamente, não foi a Escola o primeiro projecto em perspectiva para aquela zona da Cidade. Referiu que perante algumas ideias avançadas, existiu sempre um denominador comum que era demolir o Estádio Municipal e, quanto a tal decisão, o PS sempre foi coerente e o Estádio Municipal deveria continuar onde estava e ser, eventualmente requalificado, visto tratar-se de uma zona nobre da Cidade, com grande potencial. Mais disse haver, claramente, soluções mais económicas que não colocariam em causa nenhum interesse pedagógico à população escolar de Portalegre que, facilmente, eram mais adaptáveis. Portanto a atitude ziguezagueante não pertencia ao PS. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que todas as sessões em que se debateu aquele assunto acabaram com o mesmo argumento, que era o facto de, depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

do Executivo Municipal votar todos os argumentos, o Presidente da Câmara colmatava a discussão dizendo que o projecto de destruição do Estádio fora referendado pela população, porque o mesmo havia ganho as eleições. Na sua opinião, o PSD, quanto àquele assunto, deveria admitir a maioria, porque apesar de alguns dizerem que Portalegre deixará de ter uma Escola porque o PS inviabilizou a decisão, outros mais concordaram, pois votaram nos Partidos da oposição precisamente pelo motivo apresentado. A população soube diferenciar a sua opção de voto em função, também, daquele assunto. Quanto ao último parágrafo da moção, disse estar bem escrito, pelo facto de, não se terem esquecido de apresentar projectos para a requalificação dos espaços onde estudam os alunos, quer da Escola da Praceta, quer da Escola Cristóvão Falcão. Para o PS, o inviabilizar de um projecto implica também a responsabilidade de propor a alternativa, a qual deveria começar por remodelar os espaços existentes, que eram funcionais e careciam de obras. Obras que, na sua opinião, eram possíveis de serem feitas e, economicamente, viáveis.----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que, voltando um pouco atrás no tempo, reconheceriam que, numa leitura feita à comunicação social da Cidade, em Abril de 2007, o Presidente da Câmara disse ao Jornal Fonte Nova que o Estádio Municipal tinha o tempo contado e que ali seria construída habitação, o terminal rodoviário, bem como a existência de uma nova Escola porque a Cristóvão Falcão estava velha. Contudo não foi apontada a construção da mesma para o local do Estádio Municipal. Referiu que deveria ter sido explicado à população onde é que era previsto realizar a construção da referida Escola, naquela época. Por outro lado, já no outro mandato existia aquele projecto; se o PSD tinha a maioria absoluta porque é que não o iniciou? Já que, posteriormente, o Presidente da Câmara informou que estaria arrependido de não o ter feito. No entanto, não foi a oposição que o impediu. No seu parecer, seria bom ter uma lembrança daquilo que tem acontecido a todo o processo, em vez de tentarem que uns sejam responsáveis, porque os outros não o fizeram quando, à partida, os Portalegrenses eram unânimes em reconhecer que a Escola Cristóvão Falcão precisa de ser requalificada ou substituída por uma nova. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse ter falado um pouco mais alto devido ao cinismo da Moção apresentada pelo Membro Miguel Arriaga e pela forma como teceu, depois, os comentários ao que foi proferido. Lamentou o facto de a mentira, sobre a inviabilização da Escola ser por culpa da oposição, ande de boca em boca. Informou que não houve qualquer assinatura, para as questões financeiras da Escola, entre a Câmara Municipal de Portalegre e o Ministério da Educação e o seu Partido estava tão interessado na resolução dos problemas daquela Escola, que foi o primeiro a propôr, em reunião do executivo, que ficasse uma rubrica aberta e algum orçamento para que se projectasse e repensasse a questão da Cristóvão Falcão e da Praceta, enquanto Escolas. Disse inclusive que não deveriam fazer dos sonhos uma realidade e ter a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

consciência de que não existia capacidade financeira para o projecto da mega escola no Estádio Municipal, uma vez que tal implicaria a reestruturação de todo o espaço envolvente, bem como da construção de um novo Estádio, além de se exigir que o mono que ficaria, da Cristóvão Falcão, fosse, também ele, recuperado. Disse ainda que a Câmara tinha 4,5 milhões de euros, financiados pelo Estado, suficientes para pensar em obras com pés e cabeça, mas insuficiente para obras megalómanas. Actualmente, a Câmara Municipal de Portalegre não possui condições financeiras para ir muito mais longe do que o Estado lhe permite; também não existiu concordância, por parte da Direcção regional da Educação, com aquele projecto e não existia qualquer documento escrito em que o Director Regional concordasse com a construção da dita Escola no Estádio Municipal. Por último frisou que as razões do insucesso não se prendiam, somente, com a modernidade das instituições, mas sim teriam muito mais a ver com a origem social dos alunos, as condições socioeconómicas e com a vivência com os encarregados de educação; a Escola em causa e, nomeadamente na área da Educação especial, tinha condições de ponta, melhores do que qualquer Escolas do Distrito. Questionou o Executivo sobre qual seria o projecto para o campo de futebol?-----

No uso da palavra, António Biscainho disse que, quanto àquele assunto, era a própria Direcção Regional a afirmar que ficava mais caro a recuperação da escola antiga do que construir uma de raiz. Quando e após a inclusão, por parte da Direcção regional, de verbas em PIDACC para o projecto de uma nova Escola foi quando a Câmara, confrontada com tal situação, resolveu disponibilizar o melhor terreno para a construção da nova Escola, apesar de outras hipóteses terem sido consideradas. A Escola foi, efectivamente, inviabilizada porque existia um projecto de execução, o qual foi chumbado pelo Executivo Camarário. Estava lançado um concurso de pré-qualificação que, a partir do dia 02 de Dezembro, daria corpo a um concurso que permitiria levar à construção da referida Escola, com uma engenharia financeira definida que, obviamente, teria encargos para o Município. No entanto deviam extrapolar os exemplos que existem na Cidade, quanto à requalificação de Escolas, e saber quais os custos inerentes. Mais disse que, olhando para a Escola Mouzinho da Silveira, exemplo de um edifício recente quando comparada com a Cristóvão Falcão, estavam perante uma obra na ordem dos 9 milhões de euros. Quanto às obras na Escola Secundária de S. Lourenço, embora com melhores condições do que a Cristóvão Falcão, importam a valores na ordem dos 10-12 milhões. Na sua opinião, era degradante que no Estádio Municipal, quem por lá passe aos Domingos, observe apenas meia dúzia de pessoas a assistir a um jogo de futebol, o qual poderia estar a ser realizado à mesma hora num outro espaço com melhores condições. Na Cidade existe um outro Estádio que se encontra em obras, para ser colocado um novo relvado e aumentar a sua capacidade, bem como a existência de um projecto para ampliação dos balneários, com vista a melhorar a capacidade de resposta. Lamentou o facto de, há uns anos atrás, as preocupações não tivessem sido as mesmas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

actualmente existem, porque em vez de se terem “enterrado” os milhões nos Assentos, poderiam ter avançado com a reconversão e requalificação do Estádio Municipal, inclusive, com pista de atletismo. -----

Albano Silva solicitou um esclarecimento na medida em que tinha sido dito, pelo anterior Membro, que existia um projecto. Quis saber se era, efectivamente, um projecto ou um estudo prévio?-----

Em resposta, António Biscainho disse que era um projecto de execução com todas as especialidades, no que respeitava às fases da obra, correspondente aos 2º e 3º ciclos, já com o estudo prévio e especialidades algo adiantadas, relativamente ao pré-escolar, ao 1.º ciclo e, inclusive, à requalificação da piscina municipal e dos anexos ao pavilhão desportivo, já recuperado, há uns anos, na parte desportiva. -----

Pedindo o uso da palavra Cristóvão Crespo disse que achava caricata a discussão campo versus escola, no sentido em que se apelava ao sentimento das pessoas, relativamente ao Estádio Municipal. Aquele tipo de equipamentos tornam-se facilmente obsoletos e, ao nível dos campos de futebol mais emblemáticos, é visível os poucos que se vão mantendo. Ao se discutir uma Escola em contraponto com um campo de futebol, forma-se uma “barricada” ao desenvolvimento, uma vez que todos sabem que o tipo de equipamento inserido no campo necessita de manutenção e de toda uma dinâmica de gestão. Na sua opinião a Escola viria enriquecer os equipamentos lá instalados e o arrastar daquela discussão é um mau sinal transmitido à população. Disse ainda que não conhecia nenhum campo de futebol ter sido aclamado como património nacional. -----

No uso da palavra, António Batista disse querer fazer duas breves análises que diziam respeito à construção da nova Escola; decisão que lhe parecia ser unânime, uma vez que todos os presentes concordavam que era indispensável uma nova Escola ou, pelo menos, a remodelação de algumas Escolas. Era fundamental que uma boa política de infra-estruturas educativas e desportivas era fundamental para o desenvolvimento da Cidade. Frisou o facto de sermos das Capitais de Distrito que tem vindo, cada vez mais, a perder população e a ficar envelhecida. Fez uma crítica ao anterior Executivo pela forma pouco participada, publicamente, em que envolveu aquele assunto e, no seu entender, a discussão da nova Escola deveria ter sido mais aberta à população. Referiu ainda ser fundamental que Portalegre tenha apenas um bom complexo desportivo porque a Cidade não se coaduna a ter dois e manifestou ser a favor da localização do mesmo nos Assentos, apostando na melhoria da qualidade e quantidade de desporto. Quanto à Escola no local do Estádio, considerou-a demasiado séria para se poder votar. Por último, solicitou ao PSD que retirasse a primeira frase do último parágrafo da Moção, porque não estava em condições para a votar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Pargana utilizou a expressão “Errar é humano”, acrescentado que só não erra quem não faz. No entanto, competia aos cidadãos e em particular aos autarcas fazer o melhor possível e evitar os erros, bem como, torná-los públicos. Em Portalegre têm assistido a alguns erros que têm resultado em problemas de natureza urbanística e de distribuição da Cidade, os quais podiam e deviam ser minorados pelo planeamento e pela utilização de meios eficazes para tal. Há cerca de dez anos, houve um erro urbanístico na Cidade, que foi a divisão do parque desportivo existente. Naquela altura, o argumento utilizado pelo Presidente da Câmara foi devido à utilização de dinheiros disponíveis, cerca de um milhão de contos. O parque desportivo então existente deveria ter sido privilegiado, requalificado e expandido. Actualmente, está-se a tentar resolver um erro criando outro e misturando o que aconteceu com o Estádio Municipal, outro erro que se tem vindo a criar, que era o Parque Escolar. Referiu que a Lei permite alguns instrumentos de planeamento, ao nível do Parque Escolar Municipal e da rede educativa; em Portalegre aquele instrumento era a Carta Educativa Municipal. Existiram duas, contudo uma segunda Carta Educativa revogou a primeira e houve também trabalho escolar de requalificação do parque escolar autárquico e do Concelho; foram requalificadas todas as Escolas de todas as Freguesias Rurais e na primeira reunião de Câmara, do ano de 2005, foi aprovado pelo Executivo de então o projecto de execução da requalificação das cinco Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, ampliando-as para Jardim de Infância; foi um trabalho longo e bastante participado; envolveu todo o corpo docente da Cidade e resultou naquilo que foi feito, da melhor maneira possível, na altura. A Câmara gastou muito dinheiro no projecto, no entanto o projecto ficou a meio, porque qualificaram-se três das cinco Escolas e continuaram a não criar todos os Jardins, inicialmente, previstos. Informou que aquelas eram e são as responsabilidades municipais na área da Educação, ou melhor, o Parque Escolar da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Relativamente aos 2.º, 3.º ciclo e secundário e aos respectivos estabelecimentos de ensino as responsabilidades competem ao Ministério da Educação. Disse ainda que aquilo a que se assiste na Cidade de Portalegre, enquanto autarcas, não ficam satisfeitos ao ouvir dizer que a responsabilidade era de outros, tem que se chamar a atenção para tal e intervir. O que foi feito na Cidade, no âmbito das suas responsabilidades próprias, do Poder Central e do Ministério da Educação, foi a requalificação de duas Escolas Básicas e Secundárias; numa primeira fase foi a Escola Mouzinho da Silveira, recentemente inaugurada depois das obras a que foi sujeita e que todos poderão chamar de uma nova Escola, porque, embora no mesmo espaço, a intervenção a que foi sujeita permitiu dotar aquela Escola de todas as funcionalidades para as actividades didáctico pedagógicas de uma Escola moderna e actual; a Escola de S. Lourenço tem obras em curso e, não obstante a idade prevista da mesma, também virá a ser, sem dúvida, uma nova Escola na Cidade. Referiu que faltava a Cristóvão Falcão, que era um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

edifício antigo e que não teve qualquer intervenção de requalificação e encontra-se decrépita e desactualizada em relação à função pedagógica a cumprir. Contudo, aquela Escola não era apenas o prédio em si, mas também a área considerável de terreno envolvente que possui e onde podem ser construídas instalações novas, que venham dotar de novas competências pedagógicas o edifício antigo, onde deverão funcionar algumas das salas de aulas. Se não se requalificar o actual edifício daquela Escola, potenciando toda a área envolvente onde está o Pavilhão e, por outro lado, construírem uma Escola noutra espaço da Cidade, apontado para a zona da Meia Encosta/Santana, conforme refere a Carta Educativa, significará a criação de outro erro na Cidade, porque se abandona um edifício que já se encontra debilitado e cuja requalificação seria, em primeira ordem, da responsabilidade e obrigação do poder central, em que a Câmara Municipal de Portalegre também tem obrigação de reivindicar aquele investimento. Portanto, a posição da sua bancada era que Portalegre precisava, efectivamente, de uma Escola nova e que a mesma fosse no espaço da actual Cristóvão Falcão. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que não faria sentido um novo recinto desportivo nos Assentos. O investimento que tinha lá feito o Poder Local, na altura, foi dotar a parte Sul da Cidade de uma estrutura qualificada. Portalegre é uma Cidade incaracterística e longitudinal. Referiu que, do ponto de vista urbanístico, já não se poderiam corrigir as faltas de investimento na requalificação e manutenção do Estádio Municipal com a sua eliminação, pura e simplesmente, porque tal acto seria mais um erro. Os equipamentos desportivos e/ou culturais servem para as populações e deverão situar-se o mais perto possível, para poderem usufruir dos mesmos. Mais disse que o PS defende que se incentive o investimento num bom parque desportivo a Norte e outro a Sul e não concordam com o que foi dito sobre o facto de ficar mais barato construir uma nova Escola do que remodelar a Cristóvão Falcão. Os custos de construção não são iguais, construindo no lugar do Estádio ou, por exemplo, na Zona Industrial. Acrescentou que se considera “o melhor terreno” dependendo da utilização que se lhe queira dar e pode o terreno do Estádio Municipal, já construído, não ser o mais indicado para uma Escola ou zona habitacional. Disse ainda que, com o Centro Regional da Segurança Social, o terminal rodoviário e uma mega Escola, ficaria “atafuhlado” aquele local e os eixos rodoviários eram diminutos. Concluiu referindo que as Instituições do Concelho, que atravessam dificuldades, merecem mais apoio do poder local e não ofensas verbais como as que foram anteriormente proferidas. -----

Pedindo o uso da palavra, Catarina Dias disse que, perante o que foi escutado por todos os Membros, a posição final do Partido Social-democrata era bastante clara: a destruição do Estádio Municipal de Portalegre. Portanto tal decisão jamais poderia ser inculcada ao Partido Socialista. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Albano Silva referiu que quem defendia a Escola no sítio do Estádio, provavelmente, nunca tentou perceber quanto é que custaria a sua construção, uma vez que ali não existiam condições para desenvolvimento urbano. O esclarecimento que solicitou, para ficarem a saber se se tratava de um estudo prévio ou de projecto de execução, não foi respondido com veracidade, porque tinha na sua posse a Ordem de Trabalhos da reunião de Câmara de dia 16 de Novembro e, no ponto 17, constava o seguinte assunto: “Aprovação do estudo prévio para a construção da Escola Básica Integrada de Portalegre”; Não houve, pois, nenhum projecto de execução. Informou inclusive, que naquele mesmo dia, houve um contacto telefónico do Executivo para a empresa Proengel que estava a fazer o projecto e um mail a solicitar a conclusão do mesmo. Portanto, importava referir que já depois do estudo prévio reprovado a Autarquia solicitou à dita empresa para terminar os projectos de execução, facto que lamentou. -----

O Presidente da Mesa, informou que iriam proceder à votação da Moção apresentada. Após votação, verificou-se o seguinte: -----
Aprovada por maioria com 14 votos a favor, 13 contra e uma abstenção.-----

Declaração de Voto (Adriano Capote – CDU)

O nosso voto contra vai no sentido de que não concordamos com a Moção que defende uma Escola Básica Integrada, destruindo uma parte sensível da cidade, porque defendemos a recuperação e requalificação da Escola B 2/3 – Cristóvão Falcão.

No uso da palavra, Mata Cáceres reconheceu que os elementos do PS e da CDU não teriam outra saída que não fosse vincularem-se àquilo que têm proposto e defendido. No entanto, não significava que estivesse de acordo porque, por força daquela decisão e daquela postura, Portalegre deixa de ter a Escola que imaginou ter e passará a ter a Escola Cristóvão Falcão requalificada. A sua dúvida era se o dinheiro que estava prometido ser cabimentado para fazer a Escola ficaria garantido, porque o Vereador Pinto Leite lhe deu a entender que não seria nada fácil garantir a continuidade daquela verba. Informou que não existe nada que ambicione mais do que a melhor Escola possível para Portalegre. Quando, há uns tempos lhe perguntaram qual era o tecto que iria ser utilizado para a recuperação de cada Escola, respondeu que não havia tecto e que em cada Escola se deveria fazer o que seria conveniente, e assim fizeram. Relativamente à remodelação da Escola Cristóvão Falcão, tinha sérias dúvidas de quanto iria importar o custo total da mesma e ao lhe perguntarem porque é que não tinha sido encarada aquela intervenção por parte da Câmara e em especial por parte da Direcção Regional, respondeu que a questão foi, efectivamente, equacionada. No entanto, para efectuar tal remodelação foi considerado que aquele espaço não seria suficiente. Assumiu ali que a primeira intenção da Autarquia não foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

destruir o campo de futebol, foi sim para dotar a Cidade de uma infra-estrutura desportiva mas que entretanto não o conseguiram por força do outro projecto que se perdeu. Portalegre teve a oportunidade de construir um campo desportivo, nos Assentos, mas o contrato-programa que foi prometido e que Elvas e Ponte-de-Sôr utilizaram, Portalegre não o fez e quando o seu executivo adjudicou o projecto a uma empresa para o construir, já não herdaram a respectiva verba e, mesmo assim, fez-se o Estádio que lá está. Informou ainda que, posteriormente, mantendo o sonho de ter o Parque desportivo que correspondesse a todas as expectativas, imaginaram uma solução para obter fontes de financiamento. Quando foram confrontados com a possibilidade de se fazer uma Escola e se constatou que a área à volta da Escola Cristóvão Falcão não era suficiente para avançar com o projecto idealizado pelos entendidos, foi quando se apontou o local do Estádio Municipal. Mais informou que considerava aquele assunto encerrado e lançou dois desafios: ver se será possível garantir a manutenção da verba para a Escola; quando se fizer o projecto, saber quanto custará a remodelação, uma vez que não estava provada qual era a opção mais económica. Pese embora aquela Escola seja da responsabilidade do Ministério da Educação, também noutras áreas, a Câmara Municipal de Portalegre era chamada a intervir, porque o Estado Central não fazia o que lhe competia para satisfazer as populações, bem como no caso dos Centros de Saúde, em que o Ministério os constrói mas que quando é necessário resolver os problemas, por vezes são as próprias Câmaras a colmatar deficiências. Portanto, não se iria demitir de escarpelizar e explicar melhor o seu ponto de vista sobre toda aquela questão, contudo esperava que a verba chegue para fazer a Escola de substituição, pois os responsáveis da Direcção Regional da Educação já lhe haviam colocado dúvidas em como é que se pretendia construir uma Escola que tem cerca de 600 alunos, por 6,5 milhões de euros, quando as outras duas Escolas, para o mesmo número de alunos, uma custou 9 e a outra 11 milhões? -----

Adriano Capote pediu um ponto de ordem à mesa e referiu que a Mesa foi, erradamente, atrás da sugestão do Partido Socialista, porque não deixaram o Presidente da Câmara entrar numa discussão, na qual tinha todo o direito de entrar, uma vez que se estava a discutir a actuação da Câmara Municipal de Portalegre. O resultado era que já tinham votado o assunto e o Presidente disse o que lhe aprouve sem que alguém pudesse contrapor honestamente.

Pedindo para usar da palavra, Albano Silva solicitou o resultado da votação, porque, na altura, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Nisa não estava na sala. Solicitou mais atenção na contagem dos votos. -----

O Presidente da Mesa informou que a votação correcta era de: 14 votos a favor, 13 contra e uma abstenção, uma vez que nem o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Nisa, nem o da Junta da Sé se encontravam na sala. Informou ainda que estava o memorando da Escola Cristóvão Falcão para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

conhecimento, fora da Ordem de Trabalhos, mas que se incluía na discussão anterior. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa colocou uma última questão relativamente à Acta da última Assembleia Municipal, do mandato anterior, dizendo ter requerido cópia das gravações e da Acta, mas que até à data não lhe tinham entregue nada. Presumiu que, possivelmente a mesma não existia e que tal acto encerrava questões do ponto de vista formal, relevantes para o funcionamento do Município. Disse ter ficado admirado porque alguém levou a uma reunião de Câmara um excerto da Acta que não existe na íntegra, mas que se arrogam a apresentar, para justificar e suportar uma deliberação do Executivo posterior. Exigiu uma Certidão daquela Acta, da sua intervenção e requereu, formalmente, uma Acta da Reunião de Câmara em que foi apresentado o referido excerto, para a tomada de posição. Requereu que fosse depositado no Livro de Actas a Acta da última Reunião do mandato anterior e facultada cópia das gravações daquela reunião as quais, de acordo com a Lei, não podem ser destruídas durante um ano. -----

O Presidente da Mesa disse que, de acordo com a informação que lhe foi prestada pelo secretariado, a gravação em causa foi-lhe entregue juntamente com o último cd entregue aos Membros da Assembleia. -----

A Secretária da Mesa, Alexandra Carrilho informou ter autorizado a gravação na íntegra e posterior entrega, juntamente com o cd da Ordem de Trabalhos da Sessão que decorria. Foi, inclusive, entregue cópia da referida gravação a cada Grupo Partidário ali presente. Mais informou que, antes das Actas estarem aprovadas, era elaborada, nos dias seguintes às Sessões daquela Assembleia, uma Acta provisória para os serviços internos da Câmara Municipal tomarem conhecimento das deliberações ali tomadas, a qual só era colocava na Intranet do Município e não para conhecimento público. Por último, solicitou que o Membro apresentasse o requerimento, daquilo que pretendia, à Mesa. -----

Pedi novamente o uso da palavra para tecer uma consideração política ao comportamento do Presidente daquela Assembleia Municipal, referindo que o mesmo tinha de figurar enquanto Presidente de um órgão e estabelecer prioridades no seu comportamento político. Disse que o seu grupo não achava razoável que o Presidente da Assembleia se colocasse ao lado do Presidente da Concelhia, daquele que também era o seu Partido, numa conferência de imprensa em que foram proferidas afirmações gravosas para o funcionamento do Município. Questionou o Presidente da Assembleia Municipal sobre o que é que pensava acerca das declarações em causa, sobre o tema “Eleições Intercalares”? Acrescentou que o pensamento de um Presidente de Assembleia sobre tal assunto, prolapado em conferência de imprensa, tinha muita importância. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que responderia àquela questão, mas não ali. Enquanto esteve na referida conferência de imprensa não esteve, obviamente, como Presidente da Assembleia. -----

No uso da palavra, Luís Testa referiu que o Presidente da Assembleia ao sair daquela porta não deixava de o ser. Quis saber também porque é que os Membros do seu Partido não tinham recebido, até à data, a convocatória para a reunião da Assembleia Intermunicipal, que se iria realizar na próxima quarta-feira, na ESTG? -----

O Presidente da Mesa informou que as convocatórias para a CIMAA estariam no mail de cada Membro, daquela Assembleia Municipal, o qual já havia sido dado a conhecer.-----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo perguntou se a Bancada do PS comungava da visão do Membro Luís Testa feita a propósito do funcionamento daquela Instituição, dos Partidos, etc? Não a considerando desculpável. -----

ORDEM DO DIA:

1 – Regimento da Assembleia Municipal de Portalegre para o quadriénio 2009/2013;

O Presidente da Assembleia informou que houve um grupo a trabalhar naquele Regimento e que, infelizmente, ocorreu um atraso na entrega do mesmo. Uma vez que todos os Membros teriam de ter presente o que consta do mesmo, propôs que fosse retirado para a próxima reunião do mês de Fevereiro, para a devida apreciação e votação.-----

No uso da palavra, Luís Pargana disse que, com a mesma lógica de raciocínio com que votaram a favor da inclusão dos quatro novos pontos, concordavam com a proposta de retirar aquele ponto para a reunião seguinte, tendo em conta que aquele regimento iria ordenar o funcionamento ao longo dos quatro anos de mandato, pelo que deveria ser devidamente reflectido e, em consequência, debatido por todos os Membros daquela Assembleia. -----

O Presidente da Mesa colocou então a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

2 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados da mesma.----

No uso da palavra, Albano Silva considerou os relatórios das três Vereações díspares, sendo até necessária uma certa discrição para conseguir perceber o que têm sido os objectivos fundamentais do desenvolvimento da Câmara Municipal de Portalegre. O relatório do Presidente da Câmara deveria ser um relatório mais exaustivo, uma vez que englobava diversos pelouros. Solicitou ao Executivo que, de futuro, além de indicarem as reuniões marcadas com as empresas privadas e estatais, dessem noção do caminho a seguir e do ponto das várias situações. Referiu que, actualmente, existiam questões importantes em andamento, como era a da Meia Encosta, a Fundação Robinson, os investimentos nas Freguesias, sobre as quais não se sabia quase nada. Quanto às Freguesias, disse ser necessário reunir, regularmente, com os responsáveis das mesmas para que participem mais nos instrumentos autárquicos, como era o exemplo do orçamento, pois não tinha havido uma reunião colectiva com aqueles. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que, apesar de se ter mantido a liderança da Câmara Municipal, era normal que sem a maioria e volvidos apenas três meses de gestão, tivessem pouco trabalho apresentado. Portanto seria vantajoso que o Presidente da Câmara transmitisse à Assembleia o essencial da actividade dos Vereadores que lidera e assumisse a responsabilidade. -----

3 – Acta n.º 1 relativa à 1.ª sessão extraordinária, realizada em 23.11.09;

No uso da palavra, Albano Silva solicitou três alterações, de pormenor, em determinados parágrafos da respectiva Acta. -----

(Ausentou-se da sala o Membro Francisco Silva)

António Oliveira referiu ser importante que ficasse mencionado, em Acta, o nome dos Membros que se ausentavam da sala, durante o decorrer das sessões. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a respectiva Acta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

4 – Plano de Pormenor da Herdade da Abrunheira - Freguesia da Urra; - Deliberação de 2009.11.30 –

Presente o Plano de Pormenor da Herdade da Abrunheira, Freguesia de Urra, com informação da DUOM, de 19.11.09, propondo que a Câmara delibere a aprovação da proposta final do mesmo.-----

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo disse que, sendo a actividade turística um dos eixos principais do desenvolvimento, quer da Região, quer do Concelho, já há muito tempo que se falava, reiteradamente, de um conjunto avultado de investimentos estratégicos para a Cidade, nomeadamente o do Grupo Pestana e o previsto para a Herdade da Abrunheira. Reconheciam que a concretização daquele projecto se revestia de grande importância, porque poderia relançar a economia local e ser um foco de promoção do emprego. Seria, portanto, fundamental o máximo empenho e agilização de todos os procedimentos, bem como o acompanhamento dos potenciais investidores, com vista à concretização dos mesmos. Mais disse que o sentido de responsabilidade e disponibilidade teria de ser significativo para que se aprovasse a alteração proposta, na esperança de que o investimento se realize, com a máxima urgência e a maior brevidade.-----

(Encontrava-se ausente o Membro Francisco Silva)

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 30 de Novembro de 2009.-----

5 – Empréstimo de curto prazo até 814.296.34€; - Deliberação de 2009.11.30 –

Presente informação 555, de 28.10.09, da Divisão Financeira, na sequência da deliberação de 02.11.09, referindo que após análise das propostas apresentadas pelas entidades bancárias para o empréstimo de curto prazo, no valor de 814.296,34 €, se verificou que a que apresentou condições mais favoráveis aos interesses do Município, foi a apresentada pelo Santander Totta. A Câmara tomou conhecimento e conforme o previsto no n.º 6 do art.º 35.º, da Lei das Finanças Locais e alínea 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, com as alterações da Lei 5-A/2002, de 11/1, deliberou adjudicar o empréstimo ao Santander Totta, sendo as utilizações do referido empréstimo, previamente aprovadas pelo Executivo Municipal.-----

Solicitando o uso da palavra, Manuel Marques colocou uma questão ao Presidente da Câmara sobre a finalidade dos valores apresentados, uma vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que não estavam discriminadas as entidades que iriam receber? Perguntou inclusive, se estariam contemplados os pagamentos dos protocolos em atraso, para com algumas Freguesias, mais propriamente a da Alagoa e Fortios, de modo a poder fazer o seu juízo de voto, consoante a resposta dada. -----

Em resposta, José Gandum disse que o empréstimo em causa era a curto prazo e seria para fazer face a alguma dificuldade de tesouraria, ou seja, era definida por um artigo da Lei das Finanças Locais aquela possibilidade. Na Reunião de Câmara ficou deliberado que aquele empréstimo seria utilizado mediante as regras praticadas nos últimos três anos e iria existir uma proposta para definir qual o plano em que o mesmo será aplicado. Informou que o empréstimo em questão teria de ser repostado até final do próximo ano e que existia alguma necessidade de tesouraria, visto que as receitas não entram todas faseadas da mesma forma e, perante tal situação, há alguma utilização extraordinária de conta, mediante as dívidas que a Câmara possui. Quanto à situação das Juntas de Freguesia, disse que, caso o Executivo entendesse, poderiam ser ali utilizadas. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse depois da leitura que fizeram do registo da Câmara, que acompanhava os documentos em questão, a qual referia que: “A Câmara deliberou por unanimidade adjudicar o empréstimo, sendo as utilizações do referido empréstimo previamente aprovadas pelo Executivo Municipal.” Propunham que se desse prioridade ao pagamento de dívidas às Associações Culturais e Desportivas, que estavam em atraso, a fornecedores locais que tinham problemas financeiros e, conforme tinha referido o Presidente da Junta de Freguesia de Alagoa, também às verbas correspondentes aos protocolos com as Freguesias envolvidas. Considerou que era mau sinal contratar um empréstimo para sanar aquele tipo de dívidas. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 30 de Novembro de 2009. -----

Declaração de Voto (Luís Testa – PS)

Obviamente não entendo que este género de empréstimos, para gerir Tesouraria, tenham exactamente a mesma relevância e o mesmo sentido do meu voto do que os outros, que foram muitos ao longo dos últimos anos. O meu sentido de voto foi o da abstenção, assumindo que, numa altura complexa para a Câmara Municipal, do ponto de vista financeiro. Ainda assim é preferível assumir este ónus para cumprir os compromissos que tem com fornecedores, associações e juntas de Freguesia.

6 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados/2010;
- Deliberação de 2009.12.14 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente ofício n.º 13717, de 09.12.09, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, remetendo o Mapa de Pessoal daqueles serviços. A Câmara tomou conhecimento e conforme o previsto na alínea c), do n.º 1 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, deliberou por unanimidade, aprovar o respectivo mapa para o ano de 2010.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por **maioria**?, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Dezembro de 2009.-----

7 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimento dos Serviços Municipalizados/2010 e Prestação de Contas até 9.11.2009;

- Deliberação de 2009.12.14 –

Presente ofício n.º 13718, de 09.12.09, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, remetendo os documentos previsionais, orçamento e PPI. A Câmara tomou conhecimento e, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por unanimidade, aprovar os documentos em causa. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que, há cerca de um ano atrás, a oposição abandonou aquela sala por não terem recebido, atempadamente, o Orçamento e as Opções de Plano, pois dada a importância dos documentos, não tiveram tempo de os preparar e não os discutiram. Leu então o que dizia o Regimento sobre tal: “ Nenhum projecto ou Regulamento poderá ser lido e aprovado sem ter sido distribuído aos Membros da Assembleia Municipal, um por cada Membro ou, pelo menos, a dois de cada grupo representado neste órgão, com a antecedência possível, de pelo menos oito dias, incluindo ainda os Relatórios e Orçamentos” – Art.º 23.º do actual Regimento. Portanto, os documentos deveriam ter sido entregues com oito dias de antecedência e não com seis. Dado que era ano de eleições e com uma nova Câmara, sem a maioria absoluta, propôs que aqueles pontos fossem relegados para uma Assembleia Extraordinária, a realizar antes do mês de Fevereiro.-----

O Presidente da Mesa informou que, efectivamente, devem os documentos ser entregues com os oito dias que a Lei prevê. Relembrou que só não foram porque houve um atraso no ultimar do Regimento daquela Assembleia Municipal. Estiveram até à última da hora à espera que um Membro fizesse chegar ao Apoio Administrativo as alterações finais ao mesmo. Se a proposta anterior se mantivesse, teria de ser colocada à votação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote quis desmistificar uma situação que estava em voga, relativamente às minorias, ou melhor, cada vez que houver votos do contra, irão ficar ingovernáveis. Referiu, inclusive, que não se tiver um documento para gerir, um duodécimo não deverá tornar-se um perigo se for democraticamente vivido. Portanto, se determinado assunto não for ali, imediatamente, aprovado, por não estar dentro do prazo legal, não faria mal a ninguém. -----

O Presidente da Mesa lembrou que a proposta seria passar o ponto 7 e 9 para uma sessão extraordinária. -----

No uso da palavra, a Vereadora Ana Manteiga chamou a atenção aos Membros presentes para o facto de os documentos terem sido entregues, atempadamente para aquela sessão da Assembleia, contudo, o problema foi a questão do Regimento ter atrasado os restantes. Quanto ao orçamento dos Serviços Municipalizados e respectivos documentos foram os mesmos aprovados por um Conselho de Administração, ao qual presidia, fazia dele parte um representante do Partido Comunista (Prof. Amândio), um elemento do Partido Socialista (Nuno Varela) e se o Orçamento não fosse ali aprovado, o que iria acontecer era que, até à próxima Assembleia, os serviços deixariam de funcionar. O Orçamento necessitaria de ser aprovado naquela sessão. -----

Pedido de esclarecimento: Adriano Capote perguntou porque é que se o Orçamento não fosse aprovado, naquela sessão, os Serviços Municipalizados deixariam de funcionar e se já tinha acabado em Portugal a figura do duodécimo? Conforme tinha já referido, os órgãos Executivos deveriam habituar-se a dar tempo ao Presidente da Assembleia para lhes fazer chegar os documentos da Assembleia, evitando assim que certos assuntos, datados do mês de Junho, só agora ali fossem tratados, como no caso do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção. Manifestou-se contra tal procedimento. -----

No uso da palavra, Luís Pargana reforçou a intervenção anterior dizendo que a própria legislação prevê uma prorrogação dos timings para apresentação das grandes Opções do Plano e Orçamento, em anos de mudança de Executivo, até Abril de 2010. Disse que a partir do momento em que a própria legislação previa aquilo obviamente que não previa o bloqueamento do funcionamento dos serviços das várias instituições; em segundo lugar, o facto de existir representatividade política, em alguns órgãos, não anulava a existência de outros, nomeadamente, de um órgão máximo como era a Assembleia Municipal. Congratulou-se pelo facto de existir representatividade política tanto no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, como no Executivo Municipal, mas não seria por tal que a Assembleia Municipal deixava de fiscalizar o funcionamento daqueles, tomando as decisões que melhor os servem, no seu entendimento. Concluiu, dizendo que, na opinião da CDU, o que melhor serviria o funcionamento Municipal seria que, todos os Membros da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Assembleia Municipal terem consciência daquilo que estava lavrado em Lei, nos documentos vitais para 2010, que eram as Opções do Plano e o Orçamento e que, para tal, teria de haver tempo para o estudo e tomada de posição, uma vez que não se deve votar apenas por disciplina partidária, mas sim em consciência. Reiteravam pois, a tomada de posição de que aqueles dois documentos fossem votados numa próxima Assembleia e manifestaram disponibilidade para uma Sessão Extraordinária, a decorrer no mês de Janeiro, porque correspondia apenas a um mês de duodécimos e não iria inviabilizar o funcionamento de nenhum órgão e o Município de Portalegre teriam a ganhar com uma votação consciente daquela Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa disse que teriam de por à votação a proposta apresentada por Adriano Capote, para se verificar se os pontos 7 e 9 se mantinham ou não, bem como a marcação de uma Assembleia Extraordinária, para aquele efeito. Colocado o assunto à votação verificou-se o seguinte: 14 votos contra e 16 votos a favor. -----

Declaração de Voto (Adriano Capote – CDU)

Respeito totalmente a decisão da Assembleia, lamento que esteja aberto o precedente para o desrespeito pela própria Assembleia.

No uso da palavra, Albano Silva relembrou o facto de que sempre que se tratavam daquele tipo de assuntos, era solicitado aos responsáveis que os apresentam, uma devida preparação, nomeadamente, ao Presidente da Câmara e, naquele caso concreto, pela Presidente da Administração dos Serviços Municipalizados. Já tinha, em anos anteriores, chamado a atenção porque aqueles pontos eram demasiadamente importantes para não terem uma exposição de motivos, de forma a terem uma noção clara de quais os pontos fundamentais, em discussão. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Dezembro de 2009. -----

Pedido de esclarecimento: António Biscainho informou que foi Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados até determinada altura e no que dizia respeito à Prestação de Contas até 09.11.2009, teria de se abster, já que fazia parte do órgão Executivo até àquela data; quanto ao Orçamento e ao Plano Anual para 2010, obviamente, tinha legitimidade para votar favoravelmente. -----

Declaração de Voto (Albano Silva – PS)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Nós não tínhamos, nem temos, uma posição de princípio contra o Orçamento que foi apresentado. Tendo em conta a discussão anterior e depois de a Vereadora Ana Manteiga, como Presidente do Conselho de Administração, ter forçado a discussão e argumentado pela necessidade de aprovação deste Orçamento e depois deixa votar o Orçamento sem fazer uma intervenção mínima de explicação de motivos e das questões fundamentais do Orçamento. Foi pela atitude da Vereadora que se absteve.

Declaração de Voto (Luís Pargana – CDU)

Votámos contra pelas razões que levaram à nossa proposta de retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos e convocação de uma Assembleia Extraordinária, para discutir estes documentos fundamentais e, sobretudo, por protesto pelo desrespeito por esta Assembleia que fez prevalecer a força do número de votos em detrimento da força dos argumentos que não chegaram a ser apresentados na defesa deste ponto.

8 – Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;

- Deliberação de 2009.12.14 –

Presente informação datada de 10.12.09, da Chefe de Divisão da Promoção do Desenvolvimento e Modernização, referente ao Regime Geral das Taxas das

Autarquias Locais – Regimento Transitório, no seguimento do ofício enviado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, onde se propõe a actualização dos valores das tabelas de taxas e licenças, actualmente em vigor no Município, para serem aplicados até à aprovação do novo Regulamento. Propõe ainda, que o projecto de regulamento da tabela de taxas e licenças, para o ano de 2010, seja analisado por todos os dirigentes do Município e pelo gabinete jurídico. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, manter as taxas em vigor até à aprovação do novo regulamento. -----

Solicitando o uso da palavra, Carlos Afonso solicitou alguns esclarecimentos no que respeitava àquele assunto, uma vez que tinham dúvidas sobre qual o sentido da apresentação do mesmo, bem como o porquê de a Assembleia ter de se pronunciar? Na Ordem de Trabalhos estava mencionado “Regime Geral das Taxas das Autarquias”, por outro lado, existia uma deliberação da Câmara Municipal, baseada numa informação da Divisão Administrativa, a qual propunha que as taxas fossem actualizadas conforme os Regulamentos em vigor, até à entrada em vigor das novas Tabelas. A Câmara também deliberou manter as taxas anuais. Perante aquelas diferentes redacções, perguntou se teriam de se pronunciar sobre os Regulamentos em vigor ou sobre a já referida deliberação da Câmara? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Usando da palavra, a Vereadora Adelaide Teixeira informou que a Assembleia deveria pronunciar-se sobre a deliberação do Executivo, a qual foi no sentido da não alteração das taxas em vigor, porque seria por um pequeno período e envolveria muitos procedimentos, inclusive a alteração de inúmeros bilhetes. Portanto, deliberaram esperar pela entrada em vigor do novo Regulamento de Taxas. Disse ainda que existia a informação de que no mês de Abril seriam alteradas. -----

Pedindo o uso da palavra, Catarina Dias, mediante a leitura da informação administrativa em questão, deduziu que a Chefe de Divisão Administrativa sugeria que os valores fossem actualizados de acordo com o estipulado e não que fossem mantidos. -----

No uso da palavra, António Oliveira disse que, embora possam haver dúvidas, o que estavam ali a votar era, obviamente, a deliberação da Câmara, porque a Assembleia não teria de se pronunciar nem votar informações de dirigentes da Câmara. O texto estava claro, quanto àquela situação. -----

No uso da palavra, Luís Pargana disse que era clara a proposta de manutenção por parte do Executivo, no entanto, aquilo que a Lei estipulava era uma alteração obrigatória dos Regulamentos de Taxas, até Abril de 2010. Tal alteração, salvo melhor opinião, não consistia numa mera alteração do tarifário e dos valores; baseia-se num estudo económico-financeiro, desenvolvido pelas autarquias, no sentido de estabelecer uma relação custo/benefício do serviço prestado pelos munícipes. Considerou que aquele processo não poderia ser apressado, visto que a Lei era de 2006 ou 2007, deveria ter entrado em vigor em Janeiro de 2009, foi prorrogado o prazo para Janeiro de 2010 e havia uma nova prorrogação para Abril de 2010. Questionou a Câmara Municipal de Portalegre sobre qual o procedimento, desde a publicação da Lei, para a elaboração daquele estudo económico/financeiro, para que o Regulamento possa, atempadamente, entrar em vigor, em Abril de 2010. Referiu que não bastaria uma deliberação do Executivo, seria necessário um estudo, à priori, a apresentação à Assembleia Municipal e um período de consulta pública. Chamou a atenção para a situação, pois, muitas das vezes, a consulta pública era o mais importante para o sucesso das medidas de iniciativa municipal, portanto. -----

Em resposta, Teresa Narciso disse que o novo Regime Geral das taxas, das Autarquias Locais, era para entrar em vigor a 01 de Janeiro de 2010. Entretanto, a Associação Nacional de Municípios informou que iria haver uma prorrogação até Abril. Na informação apresentada, constava que a Comunidade Intermunicipal, tinha contratado uma empresa para realizar um concurso subordinado àquele Regime para cada Município do Norte Alentejano. Portanto, a nova tabela já foi à reunião de Câmara e deliberou-se remeter para discussão pública, a qual já terminou, sem que tenha sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

apresentada qualquer sugestão e/ou reclamação. Anualmente, os Regulamentos referem que a actualização dos Regulamentos será elaborada de acordo com a taxa de inflação. A sua proposta ia de encontro a que o valor das taxas cumprisse o Regulamento e, por outro lado, que o projecto de Regulamento fosse visto por todos os dirigentes da Câmara e pelo Gabinete Jurídico. Contudo, por uma questão de funcionamento dos serviços, a Câmara Municipal de Portalegre entendeu que até Abril será um curto espaço de tempo e não justificaria fazerem-se actualização das referidas taxas, porque implicaria alteração de valores nas aplicações, para além de obrigar à elaboração de novos bilhetes para utilização nos equipamentos desportivos e culturais. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo, tomada em reunião de 14 de Dezembro de 2009. -----

9 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da CMP/2010; - Deliberação de 2009.12.18 –

Presente orçamento municipal para 2010, tendo como finalidade a sua apreciação e aprovação. A Câmara tomou conhecimento e, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, aprovar o documento, o qual foi rubricado e assinado pelos Membros do Executivo. -----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que o documento em análise, com o peso político que encerra para a gestão de qualquer Município, mereceria uma explicação detalhada, sem ser exaustiva, das linhas orientadoras do mesmo. Contudo, tal não aconteceu e teria sido de bom-tom que, da parte do Executivo Camarário, tivessem em conta as sugestões de alguns Membros daquela Assembleia, no sentido de melhorar o debate de tão importante documento como era o Orçamento. Realçou o facto de se ter chegado ao ano de 2010 em que, finalmente, de forma clara, o Executivo percebe a dura realidade que tem pela frente, a qual tinha a ver com o que construíram ao longo dos anos. Na sua opinião, aquele Orçamento era pobre, pois estava preso por uma situação financeira que o Município de Portalegre tinha criado e que, nos tempos actuais, não lhe permitia realizar um Orçamento ambicioso, necessário para colocar Portalegre e as suas Freguesias na frente, ao nível do desenvolvimento local. Contudo, compreendem ser impossível ter um Orçamento com mais garra, numa situação socioeconómica que, realmente, o exigia. Frisou que o Município deveria apoiar sempre as populações locais, as Associações locais e todo o Concelho no seu conjunto, no entanto não tinha, efectivamente, meios financeiros para tal. Mais disse que Portalegre possui uma estrutura, ao nível da sua distribuição, algo singular e as Freguesias urbanas não tinham o mesmo peso das rurais, embora representem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

40% do Concelho, portanto deveriam ser envolvidas no processo de construção do Orçamento, por mais pobre que fosse. Disse, inclusive, ser imperioso que, no futuro, se corrigissem erros do passado e, pelos vistos, do presente. Temia o facto de que, devido às contingências financeiras da Autarquia, alguns “estandardes” importantes do Concelho possam ser colocados em risco, no futuro próximo. Acrescentou que certas matérias o Orçamento era demasiadamente vago naquilo que eram as opções políticas que se pretendem efectuar, como por exemplo a nível da Cultura, que, no seu entender, era o parente pobre onde se corta em primeiro lugar. Contudo, Portalegre era, em determinados eventos culturais, uma Cidade com algum reconhecimento que se devia manter e naquele orçamento não encontrou nada nesse sentido. Por fim, disse que o PS não iria colocar em causa, a governabilidade daquele Executivo nem tomar uma posição radical quanto àquele Orçamento, mas deixou sublinhado que era perceptível que aqueles que criticaram, sistematicamente, algum período de desvario financeiro que a Câmara atravessou, estavam agora a pagar a factura pelo demasiado humilde Orçamento que tinham em discussão. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres disse estarem perante uma dura realidade e, infelizmente, Portalegre não passou ao lado da mesma. A razão daquele Orçamento era devido a uma conjuntura exterior adversa, existindo uma quebra significativa de receitas à volta de todos os instrumentos que a Câmara Municipal de Portalegre tem à disposição. Por outro lado, quando se fizeram os investimentos, à anteriori, que motivaram, agora, alguma incapacidade, deixaram-no mais confortado do que se não tivessem feito nada. Frisou que tem vindo a difundir e a passar a imagem de que existem soluções para alternar aquele estado das coisas e, provavelmente, já nem seria no período do seu mandato. Mais referiu estarem ao alcance do Distrito de Portalegre certos instrumentos, que não os que só dependem do Estado, para encontrar sustentabilidade para a situação e suplantar parte da quebra de receitas sofrida. Pretende considerar-se do “clube” dos que fizeram parte da tentativa de inverter a tendência negativista que a Cidade teve, nos últimos anos. Disse ainda que houve certos mandatos com períodos de grande folga e de grande autonomia mas com uma visão de constrangimento e de actuação limitada. Lembrava-se ainda da forma de como se tinham feito todos os orçamentos anteriores ao seu Executivo e nunca como agora estavam sujeitos às regras vigentes. Em nenhuma circunstância aquele Executivo teve uma visão menor daquilo que eram os interesses do Concelho, mas sim uma visão indutora do que Portalegre teria de ser, enquanto Capital de distrito. Quando deu ênfase à questão das energias alternativas, foi na perspectiva de Portalegre ser energeticamente sustentável, produtora de carbono zero e retirar daquelas fontes de energias alternativas soluções para compensar a quebra de receitas. Reconheceu que o Orçamento estava aquém do que se pretendia mas não por falta de ambição e sim por falta das circunstâncias que lhe permitam serem mais ambiciosos, porque existe um Governo que tutela e influencia a vida das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Autarquias e que não é capaz de gerir o défice do país. Informou que na Associação de Municípios de Viseu reafirmaram que as 308 Câmaras Municipais contribuem para o défice nacional com valores insignificantes, portanto, prefere estar no grupo das Câmaras que contribuem para o défice sustentadamente. Reforçou o facto de não se ter gasto dinheiro sem que fosse em situações direccionadas para a sustentabilidade do funcionamento futuro da vida das pessoas. Quanto às Freguesias, disse que iriam beneficiar de uma solução para o principal problema, adiantando que tem havido uma relação de funcionamento com as mesmas, como nunca existiu, assim como com todas as organizações de Cultura e Desporto. Quando a conjuntura financeira foi melhor, a Câmara Municipal de Portalegre foi expansiva com todas as Freguesias, Associações socioculturais, etc., quando a situação se agrava, são obrigados a restringir todos os elementos e factores. No que respeita à Cultura, referiu que os valores que lhe têm sido direccionados foram mais do que em qualquer outro Executivo daquela Câmara, quer em bens materiais, quer em imateriais. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que o Presidente da Câmara fez o discurso com tal veemência, que parecia acreditar em tudo o que dizia. No entanto, o cenário traçado era já bem conhecido dos Membros daquela Assembleia Municipal e a dura realidade do Concelho de Portalegre pouco ou nada tinha a ver com aquele. Tendo em conta os constrangimentos financeiros do Município, o que obrigou a apresentar aquele Orçamento, estava-se a imputar praticamente todas as responsabilidades para várias entidades, que em Orçamentos anteriores ficaram aquém do prometido pela Câmara. Referiu que o Governo era o mesmo para Portalegre, assim como era para todos os Municípios do País. Na sua opinião, falou-se demais em projectos e intenções, que na prática poucos se concretizam. Devia pois, cortar-se na repartição de encargos, a serem imputados para anos posteriores, com investimentos na Zona Industrial, porque embora estejam criadas as infra-estruturas, era necessário know-how para atrair os investidores, os quais não vieram antes da crise estalar, nem durante o eclodir da mesma e, na fase actual que se espera recupere rapidamente. Concluiu, dizendo que Portalegre perdeu postos de trabalho em catadupa, o investimento na Zona Industrial não foi recompensado e continuam a existir queixas, dos agentes culturais e desportivos, por falta de apoio da Câmara Municipal. -----

Solicitando o uso da palavra, Manuel Marques, Presidente da Junta de Alagoa, disse ter estado a observar o Orçamento e não ficou surpreendido porque, já em situações anteriores, não estava incluída a sua Freguesia, para que fossem feitas as obras necessárias. Declarou ter enviado ao Presidente da Câmara o Plano de Actividades da Freguesia em causa, o mesmo de há oito anos e, no entanto, nenhuma das solicitações foi concretizada, como por exemplo: doze postes de iluminação, que na Zona Industrial da Cidade não fariam grande falta, mas que na sua Freguesia fariam toda a diferença. Verificou, inclusive,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que na parte social, os idosos das Freguesias passariam a fazer apenas um passeio, em vez de dois. Solicitou que fosse repensada a questão, optando por fazer um ajuste noutras rubricas, de modo a que os idosos pudessem continuar a usufruir dos dois passeios anuais.-----

No uso da palavra, Albano Silva fez questão de deixar registado que, após tantos anos a falarem de gastos a mais, o Presidente da Câmara reconheceu, finalmente, que foi expansionista e que, devido a tal, não pôde ir mais além na apresentação do Orçamento. Acrescentou que, embora a crise seja complexa, não se podia dizer que o Estado é que “apertava” as Autarquias, uma vez que a mesma tinha como origem os especuladores financeiros, de países mais desenvolvidos. Acrescentou que, não gostariam de saber que o Presidente da Câmara e o seu Executivo viessem a reconhecer também que esgotaram politicamente e que já não seriam capazes de ter mais ideias. Disse também que lhe custava saber que existiam Freguesias a precisar de mais e melhor iluminação e que, para tal, não existiam verbas, uma vez que, em contraponto, à entrada Sul da Cidade, na Zona Industrial, se vislumbrasse uma “árvore de Natal Industrial”, a qual dava a entender um prolongamento visual interessante, mas que comportava custos desnecessários de electricidade, indispensáveis noutros locais das referidas Freguesias.-----

Em resposta, Mata Cáceres informou que, quer as Freguesias, quer as entidades de Cultura e Desporto estavam contempladas em verbas, que tinham perspectivas de receber, rapidamente. A Câmara tinha cerca de um milhão e meio de euros em verbas, para orçamentar, mas que, tinham expectativa que entrassem. Disse ter todo o interesse em contemplar as situações de cada Freguesia, sempre que era possível e que nunca ninguém teve a opção de fazer pela Cultura o que o seu Executivo tem feito. Informou que, relativamente à estrutura desportiva da zona Sul da Cidade, a única queixa que teriam razão para fazer, era de que Portalegre havia perdido uma grande oportunidade de fazer mais e melhor e não o fizeram por incapacidade de esgotarem as verbas disponíveis. Frisou que não o poderiam acusar de desaproveitar verbas em proveito de qualquer outro motivo, pois já cá está há oito anos e, durante esse período, investiram-se 160 milhões de euros, dos quais só 15 milhões é que provinham do POLIS, era uma realidade que ninguém poderia desmentir. Disse ainda que, preferia ter uma Zona Industrial com folga de lotes para entregar a quem quisesse investir, do que estar sujeito, como sucedia há uns anos atrás, estar três meses ou um ano à espera para que o lote fosse a leilão e acabava por ser comprado por quem tinha mais dinheiro. Relativamente a vários projectos para a Cidade, a capacidade de concretização não era, única e exclusiva, da Câmara Municipal de Portalegre; quando iniciou o mandato, grande parte dos projectos, quando já prontos para decisão, ficavam à espera entre seis meses a um ano e, nos dias de hoje são despachados no mesmo mês. Referiu ainda que nunca esteve um conjunto de investimentos para chegar a Portalegre como actualmente estavam.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Pedindo o uso da palavra, António Baptista disse que, ainda em relação ao Orçamento, não podia deixar de criticar a falta de uma exposição de motivos que tivesse acompanhado o mesmo. Referiu também que, deveria ser feito um investimento em termos de cultura, turismo e na tradição histórica com as verbas que estavam orçamentadas para os próximos quatro anos, acrescentado que, muitas das vezes não era a quantidade de dinheiro que se tinha que fazia a obra, mas sim a vontade e a capacidade para a fazer. Portanto, o CDS entendia que se podiam seguir certos exemplos mas sem perder a identidade da Região e davam o benefício da dúvida ao actual Executivo, na esperança de que o dinheiro seja empregue, em prol da cultura tradicional de Portalegre e daquilo que nos distingue dos demais Municípios. Salientou a questão das famílias numerosas, referindo que deveria ser uma das apostas a ter em conta, de modo a fomentar o apoio e toda a logística necessária para que se estabelecessem mais famílias numerosas, bem como as que já existiam pudessem ter a vida facilitada. O seu Partido, esperava que no próximo ano a Câmara Municipal de Portalegre cumpra, relativamente às taxas e aos apoios para aquelas famílias, no sentido de minorizar a crise, uma vez que a família era o pilar fundamental da Sociedade e a partir do qual se desenvolvia o futuro da Cidade. Mais disse que, em relação à fomentação ao estabelecimento de empresas na Zona Industrial, o CDS tinha expectativa de que a Câmara apoiasse sobretudo o que era o investimento nacional e local, porque assim a garantia de cá ficarem será maior, ao contrário dos grandes investimentos multinacionais. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres lembrou que, quanto às empresas e aos apoios, assim que alguém daquele Executivo tinha conhecimento de alguém a querer investir em Portalegre, tentavam ser persuasivos o suficiente para atingir o objectivo de se fixarem na zona. Tem havido várias tentativas, em várias circunstâncias mas, infelizmente, não tem sido fácil. Relativamente à RobCork, empresa que substituirá a Robinson têm envidado esforços para que nada falhe; também estava previsto para a Serraleite, na relação estabelecida com a cadeia Pingo Doce e que permitirá manter os postos de trabalho lá existentes. No caso da RobCork será com a expectativa de reactivar a actividade relacionada com a cortiça, começando com cerca de 60/70 pessoas e, posteriormente, com perspectivas de expansão. Na sua opinião, o que competia à Câmara era criar condições para que as empresas se poderem instalar e fazer cá a opção que entenderem. Informou que têm contactado, ultimamente, com uma empresa que admitiu fazer cá uma unidade e que emprega um número significativo de trabalhadores; não existiam ainda certezas mas, uma coisa era certa, se a Autarquia não tiver nenhuma ingerência política ou nenhuma razão transcendente, não seria por falta de condições de competitividade que a opção possa ser tomada noutra local, que não cá. Relembrou que o Call Center quando não se fixou na Cidade, Portalegre dispunha de melhores condições do que Castelo Branco, contudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

afirmaram que não tinham direito a ter um Call Center, ou seja, quando era para acusarem, Portalegre estava mais avançado do que os outros; por outro lado, quando era para denegrirem estavam sempre na cauda da tabela. Acrescentou que ninguém deveria apontar que o facto de a Fábrica Fino's e/ou da Johnson Controls terem fechado foi devido à falta de actuação da Câmara Municipal de Portalegre, nomeadamente da sua pessoa. Por fim, aconselhou a que deixassem de estar convencidos com o facto de que a sustentabilidade futura da subsistência estava dependente da boa vontade de alguns Ministros e voltou a informar de que o seu Executivo nunca perdeu nenhum orçamento, nem alguma unidade de investimento, por incúria própria e a rectaguarda técnica actual que a Câmara tem não permite que, seja quem for, deixe passar qualquer oportunidade de investimento. Acrescentou que quando o seu grupo chegou à Câmara de Portalegre, aquela era, de entre as quinze do Distrito, a oitava com projectos apresentados e, quando chegaram ao fim do primeiro Mandato, tornaram-se a primeira entre as quarenta e sete do Alentejo; só não são capazes de ter acesso a fontes de financiamento se não se candidatarem, o que nunca aconteceu. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que discordava, em parte, com o Membro do CDS por ter referido que aquele Orçamento era o da “dura realidade”. No seu entender, era mais o Orçamento da “parcial dura realidade”. Há uns anos atrás, os Orçamentos eram feitos com previsões dos milhões a gastar para determinados projectos e, de seguida, arranjavam-se as receitas para aqueles milhões; exemplo de tal foi que se chegaram a vender cerca de quinhentas casas nos Assentos. Entretanto, com o passar do anos, estava orçamentada uma receita no Orçamento em questão, a qual tratava da venda da Quinta da Saúde mas, ao mesmo tempo, ocorreram contactos entre a Câmara Municipal de Portalegre e entidades privadas para realizarem, em parceria público-privada, com entrada do terreno pela própria Câmara, e que implicava a própria Quinta da Saúde. Portanto, o que acontecia era que a orçamentação da venda daquela Quinta, por aqueles valores, servia, unicamente, para cabimentar despesa. Colocou ainda duas questões ao Presidente da Câmara sobre: qual era a verba de um milhão e meio de euros, que informou que não podia ser orçamentada? Porque razão é que o Estádio dos Assentos estava alcatroado sem que, actualmente, fosse utilizado? Acrescentou que, na elaboração de um Orçamento, era uma mais-valia ter projectos e também encontrar formas de gastar dinheiro, para que tivessem aproveitamento para o Concelho e, sobretudo, precaver o Município com a entrada de dinheiro pelas receitas. O que acontecia porém, era um pormenor, ao qual a Câmara não tinha dado importância, que tinha a ver com loteamentos criados pelo Município e em que os proprietários nunca chegaram a apresentar projectos, nem a levantar licenças; situações em que a Câmara deveria ter aplicado o direito de reversão, a que tinha direito. Algumas das cidades onde se instalaram Call Centers, posteriormente, já se fixaram também outras empresas e em Portalegre não. Chamou a atenção para o facto de a frase mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

proferida pelo Presidente da Câmara ser a seguinte: "...nós estamos em contacto com uma unidade"; contudo, a única "unidade" que se instalou, entre uma e outra Assembleia, foi uma loja de chineses. -----

No uso da palavra, Luís Pargana chamou à colação a posição defendida pelo seu partido, relativamente ao ponto sete, que também se aplicava naquele ponto, ou melhor, estavam a discutir as grandes opções e Orçamento da Câmara Municipal para 2010, sem que os elementos da Assembleia tivessem recebido, nos prazos regimentais, os respectivos documentos. Contudo, existia uma diferença de postura do Executivo para aquele ponto, visto que o Presidente da Câmara fez alguns esclarecimentos, alguns dos quais, o seu bloco subscrevia por baixo, nomeadamente a questão das energias alternativas como fonte de rendimento para as políticas municipais. A questão era que não encontrava aquelas questões de natureza política, proferidas pelo Presidente, nos documentos recebidos. Quanto às Grandes Opções do plano e ao Orçamento, disse serem os dois documentos, por excelência, da acção política municipal e o que estava na posse dos Membros eram documentos em que a parte técnica estava já feita, nos quadros e respectivos valores recomendados pelo POCAL; contudo aqueles não eram documentos tecnocráticos, mas sim políticos. A parte técnica deveria sustentar as opções de natureza política, as quais não estavam expressas nos documentos. Solicitou aos serviços administrativos que se colocasse no ecrã, para que os Membros verificassem que, nas actividades mais relevantes, que deveriam ser parte fundamental das Grandes Opções do Plano, tinham os ditos quadros do POCAL, cheios de números mas sem a devida fundamentação política, que os Deputados Municipais da Assembleia e os cidadãos tinham o direito de conhecer. Disse ao Presidente da Câmara que, no ano que findava, até teria sido fácil garantir aquela dimensão política, uma vez que tinha sido ano de eleições e foi apresentado um programa, no qual os técnicos da Câmara deveriam ter conferido a sustentabilidade com a elaboração dos quadros e fundamentado o Orçamento, o que não se verificou. Lamentou que o Executivo obrigasse aquela Assembleia a votar "de cruz" e às cegas, sem o tempo necessário para analisar um documento com tamanha importância. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que se continuava a não ter o documento político para saberem o que é que a Câmara pretendia fazer quanto ao chamado Plano de Actividades. Contudo, discordava do seu colega de Bancada quando referiu que o Presidente da Câmara tinha ficado sem ideias porque se, efectivamente, não havia um documento político a identificar o Plano de Actividades para os quatro anos seguintes, como, tal e qual, há quatro anos, atrás foram prometidas 150 empresas para que Portalegre pudesse progredir. No entanto, ouviu ali dizer que já não iria ser no seu mandato mas que Portalegre iria superar a crise com as energias alternativas. No seu entendimento, os Portalegrenses tinham de perceber o discurso optimista, somente de expectativa e de poucas garantias de futuro o Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da Câmara tinha desde há oito anos, apesar dos oito milhões de investimentos acompanhados de quarenta e três milhões de dívida que, actualmente, seria obrigatório para fazer parar o endividamento da Autarquia. A CDU é da opinião de que não adianta ter as coisas se, posteriormente, não houver dinheiro para as manter. Relativamente à verba para a Cultura no actual Orçamento, referiu que tinham expectativa de que não ficasse reduzida à Fundação Robinson, porque quem tem feito Cultura em Portalegre e tinha 2,7% da despesa eram os Grupos Culturais da cidade e alguns eventos que os próprios organizavam. Acrescentou que seria bastante válido que a prioridade de desenvolvimento fosse clara, para que quando não houvesse dinheiro, se gastasse apenas no que se tornasse produtivo, mesmo que a médio prazo. Disse também que embora o porta-estandarte do Presidente da Câmara fossem os produtos regionais, não mereceram prioridade para que se mantivesse a Feira das Cores e Sabores, facto lamentável porque daquele modo se chamavam cá pessoas para comprar e promover os nossos produtos. Como aconteceu com outras Câmaras, já deviam saber que não era viável andar a vender lá fora aquilo que se podia vender cá dentro, porque o Portalegrense é bem português, naquilo que diz respeito ao comércio. Questionou também qual seria a percentagem de receita que não estava claramente definida, ou então, com certezas de que a Câmara Municipal de Portalegre venha receber, de facto, pelos imóveis ou terrenos vendidos, como no caso da Quinta da Saúde?

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, quanto a alguns comentários feitos pelo Presidente da Câmara, não o acusaria de ser o responsável por algumas unidades industriais da Cidade terem fechado. Por outro lado, gostaria de o elogiar por ter conseguido abrir fábricas ou alguma actividade produtiva e tal elogio ainda não tinha sido possível. Frisou que anteriores Executivos Camarários e Presidentes da Câmara, de várias cores políticas, conseguiram-no e com menos condições para tal. Alguns dos quais, já criticados pelo actual Presidente da Câmara. Outra das questões reportava-se à área do Desporto, pois um dos Membros do PSD, usou uma figura de estilo futebolística ao apelidar os jogos, que decorriam no Estádio, de amadores e não profissionais com quem se gastava o dinheiro, bem como o facto de ter ostentado o título de “ganhador” do espaço em captar verbas para a Autarquia, dos diversos programas que tinha ao dispor. Ficou contente com tais afirmações, mas ficaria ainda mais se o interveniente em causa fosse o “campeão” de um Concelho competitivo, depois de todos os investimentos que disse ter efectuado. Portalegre não ganhou aquele “campeonato”, apesar de todo o dinheiro investido, e o Presidente que já governava a Cidade desde há oito anos, certamente seria o principal responsável por tal matéria. Relativamente à Cultura e mais propriamente à Feira de Cores e Sabores, esperava que não acontecesse a mais nenhum evento Cultural ou desportivo, de relevância no Concelho, o que aconteceu à dita Feira. Fizeram uma experiência de levar aquela Feira a Badajoz, com gastos significantes de transporte que levaram pessoas de cá para ver uma Feira que é nossa e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mesma não teve sucesso, nem continuidade. Referiu que também deixou de haver orçamento para um evento que já estava enraizado, em Portalegre, nos meses de Verão, que era o “Às quintas nos claustros”. Foram pois ambientes culturais saudáveis, proporcionados por um investimento significativo do Governo, tanto na construção do Centro de Artes, como na reabilitação da Biblioteca Municipal. Referiu ter notado um abrandamento na dinâmica que Portalegre tinha naquela área e colocou a questão relativamente às verbas previstas para o Festival de Jazz do próximo ano, se as mesmas estavam devidamente orçamentadas e se já havia programação? -----

Em resposta, Mata Cáceres disse que o facto de captar investimentos para Portalegre não tinha de ser, necessariamente, fábricas. Referiu que a oposição continuava a desvalorizar o trabalho ali apresentado, porque o investimento em questão iria ser indutor em toda a política do Distrito, em termos turísticos, e se forem concretizados, conforme o que foi dito pelos promotores, estavam a falar de cerca de 250 milhões de euros. Perguntou se aquilo não contava, em termos de captação de investimento? Acrescentando que não estava a incluir a Fábrica da Fino's e as expectativas inerentes à mesma. Se porventura, algumas expectativas criadas não se consubstanciam não era, efectivamente, por falta de empenho da Câmara Municipal de Portalegre, mas porque a conjuntura não o permitia. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 18 de Dezembro de 2009. -----

Declaração de Voto (Luís Pargana – CDU)

Repetimos na votação deste ponto a Declaração que fizemos para a votação do ponto 7.

10 – Repartição de encargos em mais de um ano económico;

- Deliberação de 2009.12.18 –

Presente informação n.º 601/09, da Divisão Financeira, de 19.11.09, documento que se anexa e dá como reproduzida, referindo quais as empreitadas que, por força do art.º 22.º do decreto-lei n.º 197/99, de 08/06, devem ser submetidas à autorização da Assembleia Municipal, uma vez que a despesa dá lugar a encargo orçamental, em mais de um exercício económico, e o respectivo valor transitado excede 99.759,58 €. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de valores das empreitadas constantes da supra referida informação. -----

No uso da palavra, Albano Silva perguntou se o que ali estava sobre a repartição de encargos eram as verbas que passavam de um ano para outro e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que eram superiores a cem mil euros e se necessitavam da aprovação da Assembleia Municipal para serem incorporadas neste novo orçamento? Questionou também se aquele conjunto de verbas, que eram maioritariamente da Zona Industrial, se eram dívidas que a Câmara tinha face aos empreiteiros e se, efectivamente, ultrapassavam o milhão e meio de euros? Transitavam de ano? -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 18 de Dezembro de 2009. -----

11 - Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre/2010.

- Deliberação de 2009.12.18 –

Presente informação n.º 72, de 14.12.09, da Divisão de Recursos Humanos, relativa ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2010 e respectivos anexos, reportando para a situação actual e prevendo a criação de 45 novos postos de trabalho, por tempo determinado, e 31 por tempo indeterminado, de acordo com as necessidades do serviço, a serem ocupados durante o ano de 2010, que se anexa e dá como reproduzida e que, nos termos da alínea a), do art.º 3.º, do Dec. -Lei n.º 209/9009, de 03/02, acompanha a proposta de Orçamento Municipal para 2010. A Câmara tomou conhecimento e, conforme o previsto no n.º 3 do art.º 5.º, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro deliberou, por unanimidade, aprovar o respectivo Mapa. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse não estar devidamente esclarecido. Relativamente às contas finais do Quadro do Pessoal, perguntou se existiam 418 funcionários e 78 carenciados? Os carenciados eram os trabalhadores que estavam a termo incerto e a recibos verdes? Ou eram só os do Centro de Emprego (POC'S) que estavam com a designação de carenciados? Ou, na última das hipóteses, serão necessidades que a Câmara ainda tem? -----

Respondendo à questão colocada anteriormente, a Vereadora Ana Manteiga disse que os 40 lugares, afectos às actividades de enriquecimento curricular, estavam na Câmara a recibos verdes e deverão entrar, no próximo ano, com base no Decreto-Lei 212, para serem feitos contratos a termo parcial com os mesmos. -----

No uso da palavra, Albano Silva voltou a perguntar se aqueles 78 lugares, incluíam os quarenta e, portanto não eram necessidades, mas sim pessoas que já estavam a trabalhar, com alguma carência? Seriam, efectivamente, para colocar numa relação mais forte com a entidade patronal, ou não? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Vereadora Adelaide Teixeira informou que para além dos 40, estavam 5 sapadores, 5 assistentes operacionais, para a Divisão de Assuntos Sociais, Cultura e Educação, mais 4 assistentes operacionais para a Divisão de Cultura Turismo e Tempos Livres, mais 10 assistentes operacionais e 12 técnicos, que são pessoas que estão a contrato determinado e que terminava o contrato.-----

Usando da palavra, Luís Pargana disse que, feitas as contas, a Câmara Municipal de Portalegre tinha, actualmente, 496 pessoas a trabalhar, em que 78 eram carenciados e 418 em funções a tempo inteiro. -----

No uso da palavra, José Gandum referiu que os 418 já contemplavam todos os contratados e os programas de carenciados não faziam parte do mapa de pessoal da Câmara. As carências diziam respeito ao que foi identificado, nos vários serviços, como necessidades; algumas foram contempladas, outras não. Das que foram contempladas incluíam-se os 5 sapadores florestais, que era um programa que iria ter financiamento a 100%. Os 40, eram situações que estavam a recibo verde mas que, com a nova legislação, poderiam ser contratados a tempo parcial e, para os quais, receberam verbas da Direcção Regional da Educação. Para além daqueles, estavam ainda noutra quadro, vários assistentes operacionais contratados mas que terminavam o contrato em 2010. Portanto, estavam iniciados vários concursos, onde deveriam entrar o mesmo número de pessoas; não sabiam se ficariam as mesmas ou se entravam outras. Em conclusão, as 31 pessoas não iriam aumentar o número de efectivos. -----

Novamente no uso da palavra, Albano Silva apontou o facto de, no quadro apresentado, um dos totais não estar correcto. Porque, feitas as contas e somando os valores em linha: 418 + 78, não correspondiam a 505. Aquele valor final, no seu ponto de vista, deveria significar uma reafirmação de funcionários por categorias e deveria dar o mesmo resultado pelo número de pessoas por postos de trabalho. Havia, salvo melhor opinião, qualquer coisa que não estava certa, no Mapa em análise e se assim se confirmasse, teria de ser rectificado. -----

No uso da palavra, José Gandum disse que a responsável dos Recursos Humanos não estava presente para esclarecer o referido mapa. No entanto, em termos orçamentais, estavam as 418 pessoas; 31 para sair e a entrada dos mesmos 31, os quais derivavam da situação do término do contrato para, posteriormente, colocar outros na mesma situação, mas por tempo indeterminado. Para além dos descritos, tinham 40 técnicos superiores, a tempo parcial, contemplados em Orçamento, bem como os 5 sapadores florestais. No quadro 1 estavam as situações que iriam ser acrescidas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Adelaide Teixeira chamou a atenção dos presentes para o Mapa resumo, que estava no final dos documentos e em que constava o total de 418, estaria, efectivamente, certo o total. -----

Albano Silva alertou para o facto daquele valor apenas indicar os que estavam em funções e não um resumo geral dos quadros anteriores. A soma das categorias não batia certa e como se tratava de pessoas e não de euros, voltou a frisar que deveriam ser revistos os totais. -----

Usando da palavra, Luís Pargana disse que, perante os quadros apresentados e os esclarecimentos prestados pelo Executivo, existia um erro aritmético no dito Mapa de Pessoal. Porventura, fácil de corrigir. No entanto, parecia-lhe elementar que o documento só poderia ser submetido à votação depois de corrigido o erro. Se não houver condições para que o Executivo corrigisse o erro durante aquela sessão, não deveria ser votado o documentado. -----

No uso da palavra, a Vereadora Adelaide Teixeira informou que no referido quadro aparecia duplicação de determinadas pessoas, como no caso dos dirigentes que depois também apareciam como técnicos-superiores. -----

Solicitando o uso da palavra, António Biscainho disse não existir outra alternativa quanto à questão de contar em duplicado a situação dos dirigentes, porque se tratava de dirigentes em comissão de serviço e podiam cessar a qualquer momento. Contudo, tinham de constar do Orçamento e dos Mapas, enquanto dirigentes. Por outro lado, também tinham de constar enquanto técnicos que estavam na Câmara, a tempo indeterminado. A situação das AEC'S também lá estava porque se tratavam de pessoas a recibo verde, que não contam, mas cujo procedimento será desenvolvido de forma a terem contratos a termo e a tempo parcial. Mais disse não existir uma soma linear e o que contava para o Orçamento eram os 418 funcionários. Acrescentou ainda que, no mesmo, não estava lá duplicado um Director de Departamento, nem tinha previsto no orçamento, um vencimento enquanto Director e enquanto técnico-superior. Contudo, em termos de número de lugares, ocupava sim um lugar em cada cargo, contratado a tempo indeterminado. Concluiu, dizendo que não se poderia, pura e simplesmente, efectuar uma soma do Mapa. Os Mapas eram elaborados de acordo com a Lei e poderia, eventualmente, existir algum lapso que seria corrigido atempadamente. -----

Usando da palavra, Adriano Capote achou que não se deveria desperdiçar mais tempo com a questão e referiu que se o documento não foi feito em Excel, existia, certamente, um erro de soma que gerava a confusão. Por qualquer razão a soma dos 505 tinha sido feita manualmente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, António Biscainho disse que estava explícito no quadro o facto de haver postos de trabalho por tempo indeterminado, que eram 342; mais 76 a tempo determinado. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, uma vez que estavam instaladas dúvidas e a CDU tinha, inclusive, manifestado intenção de abordar a questão com uma metodologia diferente, o caminho que lhe parecia mais correcto a seguir seria a rectificação do documento para poder ser votado mais tarde. -----

No uso da palavra a Vereadora Adelaide Teixeira informou ter participado na elaboração dos respectivos Quadros e estava orçamentado para 148 e se não ficasse deliberado ali, naquela Sessão, seriam colocados em causa os contratos de alguns trabalhadores. Disse ter a certeza absoluta de serem 418 lugares. -----

Albano Silva fez um ponto de ordem e declarou que iria votar, com o pressuposto de que eram 418 os trabalhadores, contudo havia qualquer coisa no quadro que não estava bem. Não fazia sentido adiar a votação e deixar o Orçamento “pendurado” devido ao Mapa de Pessoal.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, perante as dúvidas instaladas, a questão principal era a dificuldade técnica de análise dos documentos, porque não elaboraram os mesmos, nem sabiam o que se passava na realidade. O sistema daquele Executivo era votava-se e depois logo se via, como sempre.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Pargana referiu que as explicações dadas não resolveriam o problema. Até mesmo a própria explicação dada para os Dirigentes continuava a manter a dúvida, porque os Dirigentes eram 11, Chefes de Divisão 9 e 2 Directores de Departamento, contudo a diferença era 9. Da parte da Bancada da CDU, pelo respeito que os trabalhadores do Município mereciam, estavam em condições de votar aquele ponto e sublinhou que aquele respeito não o tiveram os Membros da Assembleia no tratamento relativo a matérias discutidas anteriormente, ou seja, os Membros da Assembleia Municipal foram desrespeitados pelo Executivo Municipal.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 18 de Dezembro de 2009.-----

Declaração de Voto (Luís Testa - PS)

A minha Declaração prende-se, óbvia e exclusivamente, com a dúvida levantada e não mais do que isso. Não poderia votar favoravelmente, estando a dúvida instalada, mas também não o deixaria de fazer se tivesse a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

consciência que o meu voto influenciasse a votação, ou seja, perante o facto de o meu voto não influenciar a votação favorável ao Mapa de Pessoal e estando a dúvida instalada, resolvi abster-me.

Declaração de Voto (Miguel Monteiro - PS)

Eu votei favoravelmente mas não queria deixar de referir que apesar de tê-lo feito em consciência, tendo em conta os interesses dos trabalhadores da Autarquia, não quero deixar de considerar que é, de certa forma, inaceitável que face a erros ou omissões, nos documentos aqui apresentados que são normais, mas que perante isso seja lançado, sistematicamente, um anátema sobre a oposição, no sentido de lhes dizer ou aprovam isto ou gera-se o caos nos Serviços Municipalizados e na Câmara Municipal. Acho isso inaceitável e queria aqui deixar a minha ideia.

FORA DE ORDEM:

- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas;
- Deliberação de 28.12.09 -

Presente proposta do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara referindo que o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei 54/08, de 04/09, que funciona junto do Tribunal de Contas, desenvolve uma actividade de âmbito nacional no domínio da prevenção, corrupção e infracções conexas, aprovou uma recomendação, em 01 de Julho de 2009, sobre “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas”, nos termos da qual os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem elaborar planos de gestão de riscos e infracções conexas; A corrupção e os riscos conexas são um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições, revelando-se como uma ameaça à Democracia, prejudicando a seriedade das relações entre a Administração Pública e os cidadãos e obstando ao desejável desenvolvimento das economias e ao normal funcionamento dos mercados, pelo que se propõe a aprovação. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar, provisoriamente, o referido Plano.-----

Usando da palavra, Albano Silva disse terem aprovado a introdução daqueles pontos, no pressuposto de que os Membros da Autarquia explicariam cada um, em concreto.-----

O Presidente da Câmara informou que o ponto em causa foi analisado e trabalhado, não com o tempo necessário e suficiente para se escarpelizar em toda a sua profundidade, e tinha sido aprovado na reunião de Câmara daquele dia, com a disponibilidade dos eleitos para o valorizarem depois de ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

uniformizado por todos os dirigentes. Constataram que tinham critérios de análise relativamente diferenciados quanto a alguns aspectos e pormenores. Portanto, para cumprir o timing subjacente àquele processo, foi consensualmente acordado, entre o Executivo, aprovar o mesmo, sem prejuízo de ser analisado de uma forma mais regular por todos os serviços e posteriormente validado pelos eleitos do Executivo. Informou que, na próxima Assembleia de Fevereiro, teriam ali a apresentação com todo o investimento inerente, bem como, com todas as participações e colaborações, quer dos técnicos, quer do Executivo. -----

No uso da palavra, Albano Silva questionou se, uma vez que o Executivo tinha aprovado, aquele assunto, provisoriamente, a Assembleia também o faria naqueles termos? Não faria sentido estar a aprovar, em definitivo, uma votação que a Câmara tinha feito provisoriamente. -----

O Presidente referiu que, na sua opinião, deveria ser aprovado mas sujeito a fazerem-se as correcções necessárias, para se cumprirem os timings necessários e apresentar no Tribunal de Contas.-----

O Presidente da Mesa, informou que podiam deliberar a aprovação e fazer a rectificação, mais tarde, das alterações.-----

Usando novamente da palavra, Mata Cáceres disse que não seria preciso a Assembleia votar ou validar o documento, bastaria tomar conhecimento da situação e, na Sessão da próxima Assembleia em Fevereiro, é que iria a votação o documento definitivo. -----

O Presidente da Mesa informou que a Assembleia tinha tomado conhecimento.

- Execução de Parque de Estacionamento – Espaço Robinson;
- Deliberação de 28.12.09 -

Presente requerimento de 14.12.09, apresentado pela Fundação Robinson, referente à execução do parque de estacionamento (pedido de isenção do pagamento de taxas), no Espaço Robinson, com informação do DUOM, de 17.12.09, propondo que a Câmara delibere o reconhecimento especial de interesse público. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o reconhecimento de interesse público. -----

Usando da palavra, Albano Silva perguntou se iria haver um parque de estacionamento na Robinson? -----

Mata Cáceres informou que no dia 08 de Janeiro viriam à Cidade, a Directora Regional da Cultura e o Arquitecto Souto Moura, para apresentar todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

projectos relacionados com a Robinson e convidou os Membros da Assembleia a estarem presentes e a participar, no sentido de clarificarem as dúvidas existentes. De facto, estava perspectivado para a Robinson, adaptar o antigo espaço dos hangares de manipulação da cortiça para um espaço de estacionamento, bem como de diversas actividades de carácter lúdico, tornando-se um espaço de grandes dimensões de forma a responder a várias necessidades, como por exemplo, a queima das fitas que habitualmente se tem feito no campo de futebol municipal, além de outros eventos daquela natureza, com condições mais vantajosas, uma vez que toda a área será coberta. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse que, perante a explicação dada, o espaço não deveria ser chamado de Parque de Estacionamento. -----

No uso da palavra, Alexandra Carrilho, Secretária da Mesa, referiu que, embora não fosse em sede própria, mas, como Administradora-Delegada da Fundação Robinson, reconheceu que o nome aplicado ao espaço em questão era redutor, pois não virá a ser, meramente, um parque de estacionamento, puro e duro. Informou tratar-se do plano de reestruturação do local e considerou que a denominação mais indicada será de parque multiusos. O projecto já foi aprovado pela Câmara, como também no programa de regeneração urbana. -----

Novamente no uso da palavra, Mata Cáceres lembrou que, para efeitos do pedido de isenção, não afectava nem estava em causa o nome dado. -----

No uso da palavra, Albano Silva perguntou se estacionamento seria livre e se aquele parque iria fazer, ou não, concorrência ao de S. Francisco? -----

Respondendo à questão, Alexandra Carrilho disse que quanto àquilo não havia certeza, no entanto, o local terá novos habitantes, novas escolas, conservatório, e situações já referidas como a da comissão de praxes, queima das fitas, raves, etc. -----

No uso da palavra, Luís Pargana referiu que numa das primeiras visitas efectuadas pelo arquitecto Souto Moura ao espaço Robinson, ainda com a fábrica a funcionar e as chaminés a laborarem, o mesmo perguntou-lhe, directamente, do que é que a Cidade precisava? E, fosse o que fosse, era dentro daquele espaço que teria de ser colocado e concretizado o projecto. Uma das respostas que lhe deu foi que eram necessários parques de estacionamento subterrâneos. Portanto, nasceu dali a ideia do estacionamento no dito espaço, mais propriamente, no edifício do aglomerado negro. Além do estacionamento terá outras funções, como acontece noutras cidades europeias; existindo a possibilidade de fazer grandes eventos com novas tecnologias, actividades multimédia, vídeo-jammings, etc. Terminou, referindo que a bancada da CDU não teria a mínima reserva em votar a favor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 28 de Dezembro de 2009.-----

- Amanhecer / Associação de Apoio Cultural e Social – Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 3/98 – Isenção de Taxas;
- Deliberação de 28.12.09 –

Presente requerimento de 16.12.09, apresentado por Amanhecer – Associação de Apoio Cultural e Social, referente à alteração ao alvará de loteamento n.º 3/98 (pedido de isenção do pagamento de taxas), com informação do DUOM, de 17.12.09, propondo que a Câmara delibere o reconhecimento especial de interesse público. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o reconhecimento de interesse público. -----

O Presidente da Câmara informou os Membros de que se tratava de uma Associação liderada pelo Pastor Olímpio, a quem foi concedido um espaço nas Lísias para construírem uma estrutura de âmbito social. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 28 de Dezembro de 2009.-----

Declaração de Voto (António Baptista - CDS)

O sentido de voto de abstenção foi devido à falta de justificação, que apenas diz que é a promoção de fins de solidariedade social mas não vem a dizer, exactamente, o que é que lá vão fazer. Era estar a aprovar no escuro, mas correndo o risco de ser, de facto, uma instituição de solidariedade social não iria votar contra.

- Fernandes, Jorge & Soares, S.A. – Requerimento para cancelamento de ónus; - Deliberação de 28.12.09 -

Presente carta da empresa Fernandes, Jorge & Soares, S.A., a requerer novamente a não aplicação do ónus previsto no n.º 2 do art.º 9.º do Regulamento n.º 112/2009, publicado no Diário da República a 6 de Março, para que possa beneficiar dos instrumentos criados pelo Dec. -Lei n.º 104/09, de 12/05 e no cumprimento do seu n.º 2 do artº 5.º, indeferido em reunião de 28.09.09, acompanhado informação jurídica relativa ao assunto, através da qual se conclui que estão reunidas as condições excepcionais, para a não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aplicação do ónus. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido da referida empresa. -----

Usando da palavra, Mata Cáceres informou que aquela era a situação do arquitecto Sanches Jorge, o qual projectou o Hotel da Zona Industrial, e que tem em mãos um outro projecto para readaptar o antigo Hotel e que irá dar o espaço em garantia para ter acesso a uma fonte de financiamento e, desse modo, avançar com a remodelação das instalações. -----

No uso da palavra, Luís Pargana perguntou para que fins, a referida remodelação do Hotel?-----

Em resposta, Mata Cáceres informou que, em princípio, iriam manter cerca de 20 ou 30 quartos e o restante para escritórios. Referiu que, haverá também lugar à remodelação do Café Facha, ao edifício da Rua dos Canastreiros e o da Rua do Comércio, onde funcionavam os Serviços Municipalizados, portanto não haverá quebra de oferta de quartos, no interior da Cidade, se as intervenções se concretizarem. -----

Albano Silva, perante a informação prestada, congratulou-se pelo facto do edifício do Hotel não seria demolido. -----

O Presidente da Câmara adiantou que o edifício seria adaptado, mas não garantia que não fosse deitado abaixo. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse esperar que o projecto em causa se concretizasse e fosse mais um para colocar Portalegre na rota do desenvolvimento turístico. Contudo não votaria favoravelmente aquele ponto, pela simples razão dos cancelamentos de ónus, genericamente, embora não estivesse relacionado com aquele caso. O investidor em causa poderia ter a melhor das intenções e solicitar o cancelamento para o fim pretendido. Contudo, depois daquela Assembleia votar favoravelmente o mesmo que derivava da anexação de três lotes da Zona Industrial, com o pretexto de servir para a ampliação da actividade e, num curto espaço de tempo, foram confrontados na comunicação social com o facto da pessoa que pediu o cancelamento do ónus ter utilizado o mesmo, não para ampliar a actividade como acordado inicialmente, mas sim para vender, tendo expandido noutra lugar. Tinha expectativas de que o Presidente da Câmara reconhecesse o logro que tinha sido aquela tomada de posição do Município, quer em sede de Câmara, quer em sede da Assembleia Municipal. -----

Novamente no uso da palavra, Mata Cáceres referiu que não se devia extrapolar aquela situação por causa da Fresénis, acrescentando que na última reunião de Câmara foi tomada a decisão, do ponto de vista jurídico, de se encomendar uma actuação relativamente àquela situação. No entanto, não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

justificava que se votasse relativamente à intenção de que o investidor era portador, porque o outro não tinha procedido devidamente.-----

Solicitando a palavra, Luís Pargana disse que, em todas as situações debatidas naquela Assembleia, não deveriam ficar ideias no ar, nem subsistir dúvidas quanto à utilização do Hotel D. João III. Continuava sem saber se iria existir, de futuro, habitação no mesmo, assim como sobre se o actual edifício seria vendido ou reconvertido, conforme apresentado no documento. Percebeu que teria dado entrada na Câmara um projecto, ou seja, a mesma deveria ter capacidade de esclarecer, cabalmente, todas as dúvidas subsistentes. -----

Usando da palavra, Joaquim Ferreira, Director do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Portalegre, informou que aquele projecto previa habitação, do lado da Av.^a Frei Amador Arrais e comércio e serviços do lado da Av.^a da Liberdade. Foram pedidas as especialidades, entretanto passou o prazo (6 meses) para entrega das mesmas e a licença caducou. Em relação à nova intenção e ao projecto que entrou disse não ter, ainda, conhecimento. ----

Pedindo o uso da palavra, Conceição Grilo disse que relativamente ao histórico já relatado sobre o assunto em debate, pareceu-lhe precipitado o pedido da empresa, ou seja, se não existia um pedido de licenciamento do projecto feito na Autarquia, para que é que se pedia financiamento? Daquele modo, estariam disponíveis para aprovar, atempadamente, depois de perceber qual o projecto em causa e a isenção do ónus. Portanto, o pedido estava a ser feito ao contrário. -----

Mata Cáceres respondeu que, os investidores, normalmente, não gostavam de ser assim tratados, com pouca celeridade no andamento das questões. O que incumbia à Câmara era que se diminuíssem as dificuldades aos mesmos e se fossem a acrescentar mais um rol de situações, por analogia com um ou com outro, não tinha lógica. -----

Novamente no uso da palavra, Conceição Grilo acrescentou que, quando tivessem conhecimento de um projecto, faria todo o sentido deliberar sobre aquela questão, uma vez que, estavam ali a discutir um projecto em abstracto. O investimento era para 3 pisos, 5 pisos? O procedimento era diferente para um Hotel, fosse para moradias ou escritórios. Salvo melhor opinião, estavam a colocar as prioridades de uma forma invertida.-----

O Presidente da Câmara exemplificou que, quando os investidores, no parque industrial apresentam pedidos para aquele tipo de situações, sempre têm um projecto já entregue na Câmara. A grande questão era: quem era a Câmara para dizer ao já referido investidor se ele devia ou não demolir o edifício. Obviamente não era do interesse do Executivo tentar inviabilizar qualquer tipo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de proposta apresentada para um espaço daqueles, ale de que o projecto terá sempre de ser aprovado primeiro pela Câmara Municipal-----

Usando da palavra, Albano Silva, perguntou porque é que não se comunicava ao industrial que, quando tivesse o projecto concluído e apresentado àquela Assembleia, se deliberasse, então, a oneração do terreno?-----

Em resposta, Mata Cáceres informou que o que lhe havia chegado ao conhecimento era que o empresário tinha o projecto em marcha, e para que fosse aprovado necessitava daquela garantia. -----

Luís Testa referiu que estavam a ir pela mesma via do terreno dos três lotes da Zona Industrial, porque o que estava em causa não era a inviabilização de nenhum projecto, mas sim a possibilidade daquele empresário ter adquirido o terreno a um determinado preço vantajoso, provavelmente com a ajuda do Município e dos contribuintes, para depois cancelar o ónus, que não serviria apenas de garantia bancária, e poder alienar, a todo o tempo, aquele edifício. Se o fizer, no dia a seguir ao cancelamento do ónus, arrancando com o novo projecto, seria pura especulação imobiliária. Foram comportamentos desses que detonaram a crise. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que a Câmara Municipal de Portalegre deverá apoiar todo e qualquer investimento, bem como a requalificação do património Municipal, de acordo com os interesses do Concelho. Contudo, o empresário em questão foi autorizado a apresentar um projecto de demolição do Hotel, para a construção de escritórios e habitação com a alternativa de construir uma unidade hoteleira na parte Sul da Cidade e, foi devido a tal, que a Câmara e a Assembleia aprovaram a alteração daquilo que era o Hotel. Acrescentou que só foi autorizado a destruir aquele Hotel, há dois ou três anos atrás, com a contrapartida de construir outro. A Câmara Municipal de Portalegre tem competência para não permitir que não seja construída habitação no Hotel. Concluiu, dizendo que fosse hipoteca ou fosse venda, o facto era de que o empresário prescindirá do terreno lá de baixo para ir buscar dinheiro para remodelar o antigo Hotel, mas sem dar a certeza de se beneficiar de uma nova unidade hoteleira. -----

Pedindo o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse não perceber onde é que estava a dúvida de alguns Membros, pois o que o empresário pretendia fazer estava claro nos documentos e era um lease-banking a 15 anos, ou melhor, o hotel pertencia-lhe, fazia um leasing ao banco para fazer o encaixe financeiro, em termos de tesouraria. Mais disse que o interesse do Município era de viabilizar as condições de funcionamento da empresa e o investidor impunha o ónus de que necessita que a Câmara liberte para fazer o financiamento junto do banco, o restante não deixavam de ser conjecturas à volta daquele tema. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Catarina Dias disse que estavam a passar um atestado de burrice a todos com a aprovação daquele documento e, mais uma vez, com a desculpa de que, caso contrário os Membros da oposição iriam inviabilizar só por inviabilizar. Pelo documento que tinham em seu poder, verificava-se que o Chefe de Divisão informava de que o interessado não fez prova daquilo que alegava no requerimento. No seu entender, o Presidente da Câmara queria que a Assembleia aprovasse uma situação da qual não tinham pleno conhecimento. Não se deveria aprovar uma isenção de um projecto caducado, porque não fazia sentido que assim fosse, nem que se generalizasse o procedimento. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse que a Câmara não tinha de estar sempre ao lado das empresas, mas sim dos empresários que eram sérios e honestos. Estava-se a cometer uma injustiça para com aquele senhor, porque provavelmente estariam a dar um cheque em branco para o mesmo fazer especulação imobiliária. Frisou que, já casos anteriores, resultaram em más experiências que lesaram a Câmara financeiramente. -----

Usando da palavra, António Biscainho disse que, por um lado falava-se de estímulo ao investimento e ao investidor e, por outro lado, regulava-se demasiadamente como se fossem substituir-se aos investidores. Na sua opinião, uma vez que o dito investidor comprou um terreno e construiu um Hotel, tendo cumprido com aquilo a que se propôs, então actualmente, seja por dificuldades financeiras na unidade hoteleira que tem em funcionamento, seja por se tratar de uma operação financeira que lhe permita obter financiamentos para poder reconverter ou reconstruir a unidade do antigo Hotel, a libertação dos ónus deveria ser-lhe dada. -----

No uso da palavra, Alexandra Carrilho informou que nunca houve nenhuma deliberação, por parte da Assembleia Municipal, no sentido de o Hotel se manter ali; houve sim uma recomendação, junto ao Município, que o empresário mantivesse o Hotel aberto até construir um novo. -----

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote acrescentou que o assunto deveria ter sido muito bem explicado porque o que foi dito ao empresário, há algum tempo, pela Câmara e pela Assembleia, foi que teria autorização para destruir o Hotel e construir ali. O facto era que o Hotel estava construído lá em baixo, o proprietário deseja vendê-lo antes de tempo. Será que poderá fechá-lo e construir só habitação no edifício do D. João III? Isso levaria a que ficassem sem qualquer unidade hoteleira na Cidade. O facto de, durante sete anos não se poder vender, provavelmente colocou de fora possíveis interessados que não quiseram esperar tanto tempo. Concluiu que havia má gestão e má rentabilização do património da Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da Câmara informou que o seu Executivo não tinha validado a demolição do antigo Hotel. Puseram, sim, como condição, que foi cumprida pelo empresário porque o mesmo assim o entendeu, manter aquele Hotel a funcionar até abrir o outro. Efectivamente, a pessoa em causa, fez o que lá estava em baixo e agora propunha-se fazer outra situação e, inclusivamente, a Câmara tinha legitimidade para aprovar, ou não, o processo. Portanto, não se poderiam por condições e exigências para fazer de determinada forma, uma vez que o mesmo até transformou um Hotel de 40 quartos num de 86 e, actualmente tinha uma ocupação média acima dos 60%, com os mesmos custos que tinha anteriormente. A questão era que a remodelação do antigo Hotel, com tudo o que tal implicaria, seria bastante dispendioso. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse ainda que o que estava em causa era a propriedade plena e o que se queria fazer com a mesma. No seu ponto de vista, o grande problema era que o terreno do Hotel, na Zona Industrial, teria sido vendido a um custo controlado, tal como nos outros e perante isso estava onerado. Porque houve um contributo do Município e dos contribuintes para que lá se pudesse investir. As empresas servem, fundamentalmente, para criar lucro e postos de trabalho. Disse ainda que, para os Lotes vendidos ao Sr. Alemão, tinham sido injustos e estarão a ser injustos votando contra a intenção do empresário do Hotel, porque se abriam precedentes. Concluiu que se deveria alterar o Regulamento e existir dualidade de critérios para a posição do Município não ficar degradada. -----

O Presidente da Câmara acrescentou que para se prevenirem, cautelosamente, todas as situações do género e para que quem compre os lotes os possa vender posteriormente, tentaram-se ultrapassar as dificuldades associadas ao acto em si. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 28 de Dezembro de 2009. -----

- Informação da Divisão Financeira, na sequência da deliberação de 02.11.09, sobre o empréstimo de curto prazo.

(Apenas para conhecimento)

FALTAS:

=====

Nos termos do n.º 5, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a mesa da Assembleia Municipal marcou falta a António Chaparro. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

=====

Terminados os trabalhos agendados, o Presidente da mesa deu a palavra às pessoas do público, tendo usado da palavra o Senhor Alberto Azeitona, dizendo que o problema da sua residência ainda não estava resolvido. Solicitou que a Câmara apurasse as responsabilidades e, para o efeito, entregou à mesa da Assembleia um pedido de parecer técnico.-----

O Presidente da Câmara, Mata Cáceres voltou a informar o munícipe de que o assunto seria de foro jurídico e que os serviços respectivos se encarregariam de analisar o pedido formulado, assim que possível. -----

Nota: Faz parte integrante da presente Acta o Orçamento e Opções do Plano da CMP para 2010 e Quadro de Pessoal da mesma.

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Sr. Presidente, encerrada a 1.^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, eram 03:00 horas, do dia 29 de Dezembro do ano de 2009 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, _____, 1.º Secretário da Mesa, a redigi e subscrevo.